



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA**

LYERKA KALLYANE RAMOS FERNANDES

**AS VIVÊNCIAS MATERNAS NO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR DE
MENINAS ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE EM PORTO VELHO-RO**

Porto Velho - RO

2015

LYERKA KALLYANE RAMOS FERNANDES

**AS VIVÊNCIAS MATERNAS NO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR DE
MENINAS ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE EM PORTO VELHO-RO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (MAPSI) como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Orientador: Prof.Dr. Paulo Renato Vitória Calheiros.

Co-Orientador: Prof. Dr. Jorge Luís de Souza Riscado.

Linha de Pesquisa: Saúde e Processos Psicossociais.

Porto Velho-RO

2015

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

F363v

Fernandes, Lyerka Kallyane Ramos.

As vivência maternas no abuso sexual intrafamiliar de meninas acolhidas institucionalmente em Porto Velho - RO / Lyerla Kallyane Ramos Fernandes. - Porto Velho, Rondônia, 2015.

100f.

Orientador: Prof.Dr. Paulo Renato Vitória Calheiros

Co-orientador: Prof. Dr. Jorge Luís de Souza Riscado

Dissertação (Mestrado em Psicologia) Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

1. Vivências maternas2. Violência sexual3. Interpretação de Sentidos4. Assistência Social. I. Calheiros, Paulo Renato Vitória II. Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR III. Título.

CDU: 159.9:364.633

Bibliotecária Responsável: Carolina Cavalcante CRB11/1579

Dedico este trabalho à todas às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, e às mães que participaram desta pesquisa, compartilhando de um momento tão delicado de suas vidas. Na esperança de que um dia possamos ter políticas públicas de fato eficazes no atendimento deste tipo de demanda que desestrutura, maltrata e marca.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma realização pessoal e profissional e tornou-se possível porque muitas pessoas estiveram ao meu lado, contribuindo no planejamento, na execução, também apoiando e compartilhando comigo as conquistas, angústias e desafios trilhados ao longo dessa caminhada. Esta tarefa não teria sido experienciada da mesma forma sem o suporte de vocês, por isso, nessa seção gostaria de expressar meu profundo e eterno agradecimento àqueles que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

À **Deus** em primeiro lugar, que sem dúvida me guia, me sustenta e me nutre diariamente com seu amor, não me deixando desistir mesmo em momentos difíceis.

Ao meu filho, **Arthur**, pelos momentos de ausência em sua vida, para que pudesse me dedicar às aulas, escritas e estudos.

Aos **meus pais** por apoiarem minhas escolhas e serem símbolos de luta e dedicação: à meu pai dedico a conclusão deste trabalho, à minha mãe pelo maior suporte logístico que contei ao longo dessa caminhada, sem dúvida alguma sem as cobranças de meu pai e apoio de minha mãe não seria possível a conclusão dessa etapa.

Ao meu irmão **Igor Habib** e minha cunhada **Vanessa Camargo**, que eram sem dúvida meus incentivadores e válvulas de escape nas conversas nos intervalos das escritas e quando visitam nossa casa.

Ao meu querido **Pedro**, pela compreensão das ausências quando a dissertação era prioridade, auxílio nas correções de texto e formatações, sem você a caminhada teria sido mais árdua.

À **família Fernandes**: meus avós paternos, minhas tias e tios paternos de Espírito Santo que me incentivam a prosseguir mesmo à distância, obrigada!

Aos meus tios maternos **Herbert e Élide**, que sempre em suas ligações torcem, se preocupa e me apoiam, agradeço!

Às minhas amigas **Marcia e Keila** pela amizade ao longo desses quinze anos, e por compreenderem a falta de tempo para visitá-las e muitas vezes responder suas mensagens. Minha ausência é apenas física, pois tenho cada uma em meu coração.

Ao meu orientador **Prof. Dr. Paulo Calheiros**, externo aqui minha admiração e respeito pela tua competência e ética profissional, sou mais grata ainda pela disponibilidade de acolher a minha pesquisa aceitando assim, um novo desafio nas temáticas por ele trabalhadas. Obrigada por acreditar e confiar em mim!

Ao **Prof. Dr. Jorge Riscado**, o qual tive o privilégio de conhecer enquanto cursava uma especialização em Maceió/AL e que prontamente me convidou a trilharmos juntos nesse caminho da pesquisa com públicos em situação de vulnerabilidade, também contribuindo na escolha do método me apresentando a Interpretação de Sentidos.

Às então companheiras de trabalho e amigas pessoais: **Alessandra, Andreza, Luciana, Landa, Renata, Juliana e Andréia**, pela reflexão da proposta de trabalho. Meu caminhar na equipe técnica do SAIN junto com vocês me fez ter esse direcionamento crítico e as indagações que vieram a ser objeto fruto dessa pesquisa, as trocas de experiência, as contribuições e devolutivas de vocês foram fundamentais, e hoje mesmo não estando mais na equipe técnica do serviço, sei que apesar dos desafios diários que vocês enfrentam e mesmo que às vezes sem contar com a organização estrutural do serviço desempenham suas atividades da melhor forma que lhes é possível. Fecho aqui o meu ciclo profissional com vocês, porém a amizade vai ser conduzida até quando Deus nos permitir.

Aos colegas **Paulo e Halanderson** que também foram imprescindíveis nas reflexões que me propunham, bem como nos livros que ganhei de Paulo e nas suas constantes cobranças sobre a continuação da pesquisa.

Ao **CREAS** pela colaboração de todos os profissionais, coordenação, psicólogos, assistentes sociais, educadores/cuidadores sociais, auxiliares de serviço social, auxiliares de cozinha. Obrigada pela contribuição de vocês para a coleta de dados. Nesse espaço tive o privilégio de aprender a ser psicóloga!

À psicóloga **Elizete Braga** pesquisadora na área de violência sexual infantil que me apresentou e auxiliou nas delimitações da minha pesquisa.

Aos professores da banca: **Prof. Dr. Sidney Shine** pela prontidão com a qual atendeu ao meu pedido de ser participante desse importante percurso na minha carreira, e a **Profa. Dra. Ivonete Tamboril** a qual tive o prazer de conhecer no decorrer das disciplinas de Seminário de Pesquisa e Gênero e Políticas Públicas na Amazônia, e que apresentaram importantes concepções acerca do meu objeto de estudo. Foram valiosas as contribuições de vocês enquanto membros da banca na qualificação desse trabalho.

Ao **Prof. Dr. Juliano Cedaro**, através do qual me apresentou para compor a banca na condição de suplente o **Prof. Dr. Alessandro Santos**, que tive a oportunidade de conhecer enquanto cursava sua disciplina nomeada Contribuições Teóricas para a Pesquisa Psicossocial das Desigualdades na Amazônia: O Referencial de Análise dos Direitos Humanos e da

Vulnerabilidade, que foi de suma importância no momento em que realizava a difícil tarefa de analisar e correlacionar os dados aqui apresentados.

Ao **Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNIR**, representado pelos professores **Luís Alberto e Vanderléia Dal Castel** pela qualidade no ensino oferecido em uma instituição de ensino público no Estado de Rondônia.

Ao técnico educacional do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNIR, **Antenor**, por facilitar todos os trâmites burocráticos sempre com prontidão e comprometimento.

Ao **Prof. Reginaldo Pedroso**, meu orientador do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação que hoje vem me oportunizando a experiência da docência no Ensino Superior.

Aos **colegas de mestrado** pelas contribuições, trocas diárias nos momentos de preparação e apresentação dos trabalhos, os apoios e trocas fundamentais para a continuidade nessa caminhada: **Aryanne, Rosi, Luciano, André, Lucilene, Dani Mejia, Ainá, Pâmela, Gisele, Luciana, Regis, Ivanildes, Suzana, Manu e Iolanda** e demais da turma 2013/MAPSI. Aos companheiros do IV CBP: Ciência e Profissão ocorrido em São Paulo/SP, pelas descontraídas conversas e boas risadas.

E, por último, mas não menos importante, às **mães participantes** das entrevistas, pela confiança depositada e generosidade em se dispor a conversas e revelar momentos tão importantes e delicados de suas vidas.

*“O que me preocupa não é o grito dos maus.
É o silêncio dos bons.” (Martin Luther King,
1963).*

FERNANDES, L. K. R. **As vivências maternas no abuso sexual intrafamiliar de meninas acolhidas institucionalmente em Porto Velho-RO**. 2015, 100 f. Dissertação, (Mestrado Acadêmico em Psicologia), Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

RESUMO

O presente estudo relata acerca das vivências maternas apresentadas pelas mães de meninas que foram vítimas de violência sexual intrafamiliar e por este motivo foram acolhidas institucionalmente em uma unidade de acolhimento. Estas mães foram atendidas e acompanhadas pela equipe de referência de um CREAS localizado na cidade de Porto Velho, Rondônia. Como objetivo geral da pesquisa propõe-se interpretar as vivências maternas e suas ações frente à revelação de abuso sexual em meninas no contexto familiar. Trata-se de um estudo de dois casos de mães utilizando-se a pesquisa de método qualitativo, através da Interpretação de Sentidos. Participaram do estudo duas mães que acompanhavam suas filhas acolhidas institucionalmente em distintas unidades de acolhimento por motivo de terem sido violentadas sexualmente. Para a interpretação das entrevistas, discute-se e analisa-se o material colhido em entrevista com base nos referenciais teóricos propostos e reflexões acerca dos casos. Durante a reflexão foram discutidos os materiais coletados, dialogando com teóricos propostos na introdução e fundamentação teórica do estudo à luz da abordagem sistêmica em diálogo com os marcos regulatórios sociais de proteção. A partir da interpretação dos casos observa-se o predomínio de sentimentos maternos de culpa e incredulidade diante da constatação dos fatos vividos por parte das filhas de terem sido abusadas sexualmente por seus companheiros. Discute-se as ações que foram tomadas por estas mães após a revelação das vivências abusivas, os (re) sentimentos que ela carrega e quais as perspectivas dessas mães diante dos atendimentos oferecidos por parte dos profissionais do CREAS. Destaca-se a necessidade de uma reorganização dos serviços de ponta nesse tipo de atendimento, uma atenção às vulnerabilidades programáticas que ocorrem na PNAS bem como a efetivação de fato das políticas públicas já existentes, porém ainda pouco delimitadas enquanto especificidades de atuação da psicologia dentro dos serviços da assistência social em Porto Velho-RO.

Palavras-chave: Vivências Maternas. Violência sexual. Interpretação de Sentidos. Assistência Social.

FERNANDES, L. K. R. **Maternal experiences in the sexual abuse assistance of institutionally accepted girls in Porto Velho-RO.**2015, 100 p. Thesis (Master's degree in Psychology). Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

ABSTRACT

This current work reports about the maternal experiences presented by the mothers of girls who have been victims of domestic sexual violence and for this reason were received institutionally by one host. These mothers were treated and monitored by the reference staff of a CREAS located in Porto Velho, Rondônia. As a general objective of the research proposes to analyze maternal experiences and their opposite actions to the revelation of sexual abuse of girls within the family. It is a study of two cases of mothers using the qualitative research method, through the Senses Interpretation. The study included two mothers who accompanied their daughters institutionally accepted in different units host by reason of having been raped. For the interpretation of interviews, discusses and analyzes the material collected in an interview based on the proposed theoretical references and reflections on the cases. During reflection they discussed the collected materials, dialogue with theorists proposed the introduction and theoretical basis for the study based on a systemic approach to dialogue with the social regulatory frameworks protection. From the interpretation of cases observed the prevalence of maternal feelings of guilt and disbelief on the finding of facts experienced by the daughters were sexually abused by their comrades. It discusses the actions taken by these mothers after the disclosure of abusive experiences, the (re) feelings she carries and what the prospects of these mothers on the care offered by the CREAS professionals. Highlights the need for a reorganization of advanced services in this type of service, attention to programmatic vulnerabilities that occur in as well as the realization of the fact of existing public policies PNAS, however poorly defined as psychology of acting specificities within services of social assistance in Porto Velho.

Keywords: MaternalExperiences. Sexual violence. Interpretation of meaning.Social Assistance.

LISTA DE SIGLAS

CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CLAVES	Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CTCA	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
FAST	Family System Test
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FIT	Teste de Identificação da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFF	Instituto Fernandes Figueira
LACRI	Laboratório de Estudos da Criança
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MS	Ministério da Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PIA	Plano de Atendimento Individual e Familiar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SAIN	Serviço de Acolhimento Institucional
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TFD	Tratamento Fora de Domicílio
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO12

1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: O QUE DIZEM AS PESQUISAS?16

1.1 Estudos sobre violência sexual16

2 SUPORTE TEÓRICO24

2.1 Do surgimento do conceito de infância e de família às transformações contemporâneas24

2.2 Definição e Aspectos Importantes sobre o Abuso Sexual Intrafamiliar28

2.3 O segredo familiar: o “complô do silêncio”30

2.4 O papel da mãe e as relações afetivas no contexto do abuso sexual32

2.5 Repercussões do abuso sexual incestuoso sobre a relação mãe-filha35

2.6 Marcos legais de proteção de crianças e adolescentes no Brasil38

2.7 O CREAS e suas intervenções nos casos de abuso sexual no município de Porto Velho-RO40

3 ABORDAGEM QUALITATIVA: UM PERCURSO METODOLÓGICO44

3.1 A entrevista na pesquisa qualitativa45

3.2 A Interpretação de Sentidos47

3.3 Procedimentos para a coleta de dados49

3.4 Os aspectos éticos da pesquisa50

3.5 As participantes da pesquisa52

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RELATOS54

4.1 Cena um: Dona Violeta - Filha desconfiada, mãe confiante54

4.2 Cena dois: Dona Rosa - Mãe com sentimento de culpa55

4.3 Apresentação e discussão dos resultados56

4.4 A compreensão da dinâmica familiar na relação abusiva incestuosa57

4.5 Os (res) sentimentos apresentados pela mãe diante da vitimização da filha63

4.6 Minha filha foi abusada....E agora? O que faço?69

4.7 A contribuição do CREAS no enfrentamento das dificuldades72

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES79

REFERÊNCIAS83

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada93

APÊNDICE B - Termo de Concordância da Instituição95

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido97

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do CEP99

INTRODUÇÃO

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que triste os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!*
(Das Utopias - Mário Quintana, 1951).

O interesse pela pesquisa dentro do contexto de violência sexual intrafamiliar foi despertado inicialmente na época de minha atuação profissional como Psicóloga, há cinco anos no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), localizado no município de Porto Velho-RO.

Enquanto cursava a Especialização em Saúde Pública, desenvolvi o artigo de conclusão de curso abordando a temática da atuação integrada dos profissionais da saúde no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, concluído em 2011.

A partir da referida pesquisa e de minha atuação como Psicóloga no CREAS, dentro do Serviço de Acolhimento Institucional (SAIN), referenciando a Unidade de Acolhimento Lar do Bebê, interessei-me em ampliar os conhecimentos a respeito dessa complexa e intrigante temática, trazendo assim aprofundamentos que possam auxiliar aos profissionais interessados e atuantes na área na compreensão deste fenômeno.

Durante esse percurso de atuação profissional surgiram indagações iniciais que promoveram a construção do que viriam a tornar-se o objeto desta pesquisa, quais sejam: como se dão as relações que se estabelecem por parte das mães de meninas que são vítimas de abuso sexual intrafamiliar? Quais vivências são desencadeadas na mãe ao tomar conhecimento do abuso sexual da filha no contexto familiar? Quais as ações da mãe quando o abuso sexual da filha é revelado e disso resulta o acolhimento institucional? Como são vivenciadas as relações entre mãe e filha após a revelação do abuso sexual intrafamiliar? E de que maneira o CREAS pode contribuir para que a relação mãe-filha seja (re) construída após o desvelamento da relação abusiva?

Sabe-se que o abuso sexual intrafamiliar torna-se prejudicial à criança vítima, uma vez que, quando há a ocorrência deste fenômeno, incidiu uma quebra de confiança que antes foram estabelecidas com as figuras parentais e/ou de cuidado, que, a princípio deveriam promover segurança, conforto e bem-estar psicológico (DE ANTONI; KOLLER, 2002).

A literatura dentro de uma perspectiva sistêmica, também considera o abuso como um sintoma de crise familiar (COHEN, 2000), que pode refletir uma incoerência na estrutura familiar e um rompimento na integridade das relações familiares (BRENDLER et al., 1994).

Outro questionamento que se pode levantar diz respeito ao papel que essas mães “deveriam” ocupar de posição estratégica importante para a prevenção e proteção de suas filhas vítimas de abuso sexual intrafamiliar, entretanto, o que pode ser observado é que, muitas das vezes uma série de fatores encontra-se envolvidos nesse processo, fatores esses que dificultam de diversas formas a efetivação da proteção contra a violência nestas famílias, em especial, contra crianças e adolescentes.

Dentro dessa perspectiva de compreensão da história de vida das mães, poderá surgir o fenômeno da transgeracionalidade, que pode ser entendido como um conteúdo que é transmitido ao longo das gerações, fazendo com que estes membros envolvidos nessa problemática fiquem presos a valores, crenças, mitos e segredos, resultando em conteúdos não elaborados, que pode acarretar então, em repetições familiares.

Ocorre nas famílias ao longo do ciclo de vida eventos que podem ser considerados como estressores. Assinalamos os estressores verticais que se caracterizam como “padrões de relacionamento e funcionamento que são transmitidos para as gerações seguintes de uma família. São as atitudes, tabus, expectativas, rótulos e questões opressivas familiares com as quais nós crescemos e convivemos” (BOWEN apud CARTER; McGOLDRICK, 1995).

De acordo com Santos e DLell’Aglia (2009), trata-se, portanto de estudos que apontam, que muitas das mães que vivenciaram a violência quando criança seja ela na forma de abandono, negligência ou até mesmo abuso sexual foram observados padrões de repetição seja no relacionamento conjugal ou nas interações com suas filhas.

Esta pesquisa tem como proposta compreender a respeito da temática de abuso sexual intrafamiliar, enfocando aspectos que dizem respeito às vivências maternas que são desencadeadas ao tomar conhecimento do abuso sexual da filha no contexto familiar, como também pesquisar as ações adotadas quando o fato é revelado e disso resulta em acolhimento institucional.

Devido à complexidade relacionada aos danos e agravos causados em decorrência do abuso sexual, este fenômeno é considerado um problema de saúde pública, considerando-se os expressivos números registrados de ocorrências e notificações (GONÇALVES; FERREIRA, 2002). Entretanto, é importante citar, que muitos casos de violência ocorrem sem que sejam denunciados, ou sendo subnotificados, em especial quando se envolve o contexto

familiar, sendo este um fator preocupante e intrigante para os profissionais e pesquisadores que se submergem com pesquisas nesta área.

Adentra-se então no tema do segredo familiar que encobre essas famílias, onde o abuso sexual é perpetrado muitas das vezes, por parte daqueles que teria o dever de proteger esta criança. As famílias conservam o “complô do silêncio” acreditando que estão protegendo a unidade familiar e quando então este é revelado, traz à família uma necessidade de reconstruir novos limites e papéis.

A decisão de denunciar a violência intrafamiliar se torna um importante divisor de águas, pois para que ocorra a notificação esta criança vítima precisa romper com o silêncio e alguém a quem ela tenha escolhido contar precisa acreditar e confiar nas informações fornecidas, tomando então medidas necessárias para que ocorra sua proteção.

Devido a grande parte dos casos nem sequer serem denunciados, em especial quando a violação ocorre dentro do contexto intrafamiliar, a referida família apresenta uma dinâmica de funcionamento específica, na qual a criança, a mãe e o perpetrador ocupam uma posição de sistema familiar por vezes fragilizado. O segredo enquanto permanece sustentado, demonstra uma pseudoilusão de que a unidade familiar esta protegida e sob controle.

As relações que antes eram de abuso do poder, omissão do exercício da função interditoria que ocorre tanto pelo pai quanto pela mãe e de falta de limites entre as gerações, o que ocasiona a indiscriminação de papéis, precisam ser reestruturadas, quando enfim, o segredo é então desvelado (FERRARI; VECINA, 2002).

Destacamos que a família é o espaço que dá origem a história individual de cada um de nós, sendo o contexto em que ocorrem as situações mais espontâneas de nossa vida. Por mais que se acredite poder ser possível romper com nosso vínculo, com nossa família, deixando assim seu lugar de pertença, ainda as memórias e lembranças do convívio familiar ficarão marcadas e imprimidas em nossa história, podendo ser acessadas diante de qualquer vivência (CARTER; McGOLDRICK, 1995).

Pesquisar o funcionamento familiar nesta perspectiva mãe-filha, onde se inscreve o fenômeno do incesto poderá viabilizar a reflexão a respeito das formas de intervenção dos profissionais nos atendimentos dos casos que abordam esse tipo de violência infantil, bem como identificar possíveis estratégias de proteção disponíveis no contexto.

Para a constituição do presente estudo, o texto se apresenta em seis seções, as quais seguem:

Na primeira seção considere importante abordar os estudos já realizados sobre a violência sexual ao longo dos últimos dez anos, na qual aponto a escassez de pesquisas que considerem a perspectiva das mães nesse contexto.

Na segunda seção, serão abordados o surgimento do conceito de infância e de família que sofreram modificações desde o seu aparecimento até a contemporaneidade. A partir de um resgate histórico, social e cultural é possível compreender a descoberta da infância enquanto um sentimento de valor na família. Posteriormente, serão discutidos os novos conceitos de família e os arranjos familiares, além do destacado papel da figura feminina como protagonista e provedora dessa nova configuração familiar. Serão abordadas ainda, definições importantes sobre o abuso sexual intrafamiliar, a partir da referência de considerados pesquisadores que tratam acerca dessa temática. Uma premissa importante a ser considerada é de que a criança/adolescente quando vivencia o abuso sexual, também pode sofrer outras formas de violação concomitante a esta. O segredo familiar, denominado o complô do silêncio, o papel da mãe e as relações afetivas no contexto do abuso sexual, as repercussões do abuso sexual incestuoso sobre a relação mãe-filha, os marcos legais de proteção de crianças e adolescente no Brasil e as intervenções oferecidas pelo CREAS nos casos de abuso sexual também serão analisados nesta seção da pesquisa.

Na terceira seção, serão abordadas as considerações metodológicas acerca da pesquisa qualitativa enquanto percurso metodológico. Serão delimitados conceitos referentes à entrevista em pesquisa qualitativa e a Interpretação de Sentidos, método este empregado nas interpretações dos materiais coletados.

Na quarta seção, a discussão e análise dos dados serão apresentadas a partir das cenas construídas bem como das entrevistas realizadas com as mães das meninas que foram acolhidas institucionalmente por motivo da situação abusiva vivenciada, todas as temáticas foram elencadas através de eixos temáticos que puderam ser construídos a partir das falas das entrevistas e dos objetivos delimitados na pesquisa.

Por fim, na quinta seção, serão abordadas algumas considerações acerca dos eixos temáticos, nos quais busquei pontuar as interpretações que foram feitas a partir dos relatos das mães, destacando os sentimentos de culpa e incredulidade diante dos fatos que foram ressaltados nessa pesquisa. Temas fundamentais foram apontados e que surgiram acerca da disfuncionalidade existentes nas famílias, bem como sobre a incompletude institucional que há dentro da política pública de assistência social.

1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: O QUE DIZEM AS PESQUISAS?

[...] *É minha lei, é minha questão*
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz [...].
 (Sonho Impossível - Chico Buarque)

Para melhor caracterizar o problema e a relevância desta pesquisa na produção de conhecimento, busquei junto os bancos de dissertações e teses em busca de trabalhos relacionados às várias temáticas que se cruzam com a intenção desta pesquisa.

Apresento o trajeto percorrido nesta pesquisa de revisão bibliográfica, pelo qual foi possível o acesso aos estudos realizados no país nos últimos 10 anos e disponibilizados nos bancos de dissertações e teses das bibliotecas virtuais.

Ao final da consulta e das leituras, elegi dez estudos que se aproximaram do objeto de análise da presente pesquisa e que podem contribuir para o fortalecimento das reflexões propostas.

As pesquisas selecionadas tratam a respeito de quatro categorias, sendo elas: a primeira a respeito das reações maternas das mães de meninas que sofreram o abuso sexual intrafamiliar. Na segunda encontram-se as tentativas de elucidar o fluxo de atendimento pela rede de apoio. Na terceira esclarecem a respeito do perfil e dinâmica familiar dessas famílias que vivenciam a violência sexual intrafamiliar e a quarta categoria aponta para a perspectiva de gênero subjacente ao processo de responsabilização feminina no fenômeno do abuso sexual.

1.1 Estudos sobre violência sexual

Concernente à primeira categoria, localiza-se as contribuições da pesquisadora Santos (2007) em sua dissertação de mestrado, sob a orientação da Professora Dell'Áglio, no Programa de Psicologia do Desenvolvimento na UFRS. Santos discute as características de mães de crianças vítimas de violência sexual no contexto familiar ao considerar os aspectos relacionados às reações maternas frente à revelação do abuso, bem como aspectos ligados a questão da multigeracionalidade.

Os dados da pesquisa foram analisados qualitativamente, na ótica da análise de conteúdo de Bardin e baseadas nas categorias identificadas por Jonzon e Lindbland, quais sejam: reações positivas, negativas ou neutras. A pesquisadora observou as seguintes dimensões que compõem cada uma delas: resposta emocional, atitude empática, atitude de credibilidade, resposta ativa durante a conversação e ação. A observação realizada fora de que as reações despertadas pelas mães foram de credibilidade e ação.

A dimensão credibilidade associou-se à disponibilidade das mães terem acreditado ou não na verbalização feita pela filha do acontecimento do abuso sexual, enquanto na ação está dirigida a intenção de realizar ou não a denúncia. De maneira geral as mães verbalizaram raiva direcionada a pessoa do abusador e sentimento de culpa pela violação sexual da filha. A pesquisadora aponta que o período para denunciar o abuso variou de um dia a dois anos.

De acordo com os resultados apontados pelo estudo, as mães reagiram de forma positiva ou ambivalente, porém é importante destacar que uma mesma mãe pode apresentar diversos tipos de sentimentos em diferentes momentos da vida. Algumas das mães ao falarem sobre a experiência de violência sexual das filhas, relataram a respeito de sua vivência de maltrato, sob a forma de abusos físicos, abandono emocional ou negligência, o que se evidencia as questões de multigeracionalidade ligadas a essa experiência.

A maior parte das mães acreditou nas filhas e realizou a ação de denunciar, entretanto, nem sempre efetivaram ações protetivas imediatas de distanciarem as filhas do suposto abusador ou ainda realizarem rapidamente a ação de denunciar.

Ramos (2010) ao pesquisar mães de meninas vítimas de violência sexual, objetivando identificar e analisar as possíveis motivações de negarem a ocorrência da situação abusiva com as filhas indicou através dos resultados obtidos que essas mães que efetivaram ações de desmentir a denúncia da filha, longe de estar agindo de forma a serem cúmplices, podem estar agindo com o mecanismo de defesa de forma a negar uma realidade, tão ameaçadora e que a leva de encontro com sua própria história de vida, na qual a transgeracionalidade apareceu como repetição na história de vida das mães entrevistadas.

Carvalho et al. (2010) realizou uma pesquisa enfocando o imaginário de mães de crianças vitimizadas, nessa perspectiva emergiram ideias centrais que a pesquisadora identificou, apontando as seguintes: cuidar com amor, futuro de superação e dinheiro como fator determinante na superação. Essas mães apresentaram a esperança de que a filha supere todas as consequências vivenciadas pelo abuso. A capacidade de resiliência das crianças

vitimizadas unidas aos sentimentos maternos reforçam a esperança de que no futuro não se detecte danos causados pelo abuso.

No segundo agrupamento de pesquisas localizei as contribuições mais numerosas que intentam esclarecer acerca do fluxo de atendimento na rede de apoio. Habigzang, Ramos e Koller (2011) identificaram e analisaram as medidas que são adotadas pela rede de apoio a crianças e adolescentes que são vítimas de violência sexual, após a revelação do fato. O estudo contou com a participação de 40 meninas, entre as idades de oito a 16 anos.

O mapeamento foi realizado através de entrevista semiestruturada, nas quais apontaram que a revelação foi realizada aos pais em 42,5% dos casos e destes 92,5% acreditaram. Apenas 20% dos abusadores responderam criminalmente pelo fato. Ocorreu o acolhimento institucional em 35% dos casos, sendo que os demais permaneceram com a família, que agiu de forma a afastar o agressor da convivência da vítima. A retirada da criança para o acolhimento institucional e a não punição do agressor, tornou-se um fato comum, que pode ser interpretado pela criança e seus familiares como uma punição.

A criança vítima de abuso sexual em situação de acolhimento institucional precisa ser acompanhada por um profissional que esclareça a necessidade do seu acolhimento e que a ação não se trata de uma punição. Essa medida é a única garantia de proteção em alguns casos, pois se trata, sem dúvida de uma alternativa radical, uma vez que são destinados para casos provisórios, devendo ter a criança a garantia de convivência familiar.

Dentre as medidas de proteção encontradas, uma significativa identificada foi o encaminhamento para atendimento psicológico. A maior parte foi encaminhada pelos órgãos do Ministério Público e Conselho Tutelar. O tratamento psicológico é fundamental uma vez que crianças que vivenciam o abuso sexual podem apresentar alterações afetivas, comportamentais ou cognitivas.

A pesquisa também identificou o tempo de espera para os atendimentos psicológicos na rede de saúde, dentre as quais apenas 25% receberam o acompanhamento, no prazo de um mês após a revelação, sendo que em 55% dos casos as meninas ainda encontravam-se aguardando na fila entre um a seis meses e 20% aguardavam a mais de seis meses.

Os dados encontrados de que na maior parte das famílias ao se tomar conhecimento do abuso efetivaram-se a ação de denúncia e/ou o afastamento do agressor, apontam para a credibilidade dada às vítimas através de algum tipo de medida protetiva.

Em 32,5% dos casos os familiares ao tomarem conhecimento não realizaram denúncia a nenhum órgão de proteção, o que mantém a criança em situação de

vulnerabilidade, podendo contribuir para a revitimização da mesma. Ademais é discutido que o fato da não revelação pode contribuir para a crença de ser a criança e não o abusador o responsável pelo abuso. Ainda a respeito, o fato da não revelação foi justificado por diversos fatores, dentre eles: não conhecimento sobre as leis protetivas, medo da reação do agressor e banalização da violência.

Concluiu que a atitude de acreditar na revelação e realizar a denúncia constituiu-se como um fator de proteção, entretanto o alto índice de acolhimento institucional e o não acompanhamento de forma efetiva do afastamento do agressor consistem em fator de risco.

O escasso conhecimento dos profissionais que compõem a rede de proteção potencializam os riscos as vítimas e seus familiares. Apontando também que a falta de comunicação e planejamento entre os atores dos diferentes serviços é outro fator contribuinte para a ineficácia da rede. A rede aqui entendida com os seguintes membros: escola, família, conselho tutelar, juizado e promotoria da infância e juventude, serviços de acolhimento, serviços de saúde e socioassistencial, precisa direcionar sua atenção ao apoio emocional e segurança a vítima e a pessoa que cuida dessa criança ou adolescente.

Ainda encontrei as contribuições de Bitencourt (2007), quando pesquisa a respeito da vitimização secundária de crianças e adolescentes nesse contexto, na qual embasa e discute acerca da importância do Depoimento sem Dano para a vítima no contexto judicial, na qual a presença de um psicólogo para tal fim é imprescindível com a finalidade de compreender e interpretar a fala ou o silêncio da criança ou adolescente.

Com a intenção de ampliar acerca dessa reflexão localizei a pesquisa de Costa, Penso e Almeida (2005), que apresentam uma proposta de intervenção psicossocial com crianças vítimas e seus familiares adaptada do modelo de Grupo Multifamiliar, enfocando questões do atendimento clínico após o encaminhamento judicial para essa demanda. Os resultados identificaram que a partir de diversas formas de expressões as crianças sinalizam como gostariam e precisam ser cuidadas diariamente, ao passo que por parte do adulto ocorre uma conscientização de seus deveres e atitudes de cuidado para com essas crianças.

No que concerne às pesquisas que descrevem a respeito do perfil e dinâmica familiar das famílias que vivenciam a situação abusiva, elegi dentre elas a da pesquisadora Pinho (2012), do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, da Universidade de Brasília, orientada pela ProfaPhD Gláucia Diniz, intitulada: “O atendimento a famílias em situação de abuso sexual: um estudo exploratório”.

Entre os objetivos da pesquisa incluíam-se identificar dados sócio-demográficos e estruturais das famílias, a natureza da violência, as situações de abuso vivenciadas, relação do agressor com a vítima, o local onde as violações ocorreram, as formas de atendimentos prestados, os encaminhamentos e os desafios enfrentados pela equipe profissional. Os dados foram coletados de 40 prontuários de famílias atendidas no CREAS de Ceilândia.

Após a compilação dos dados, os resultados apontaram os seguintes perfis: as famílias atendidas eram, grande parte composta por jovens, monoparentais e de baixa escolaridade, a maior parte das situações de abuso sexual ocorria na relação intrafamiliar, as vítimas eram em grande parte meninas, das quais os abusadores caracterizavam-se entre os pais e padrastos. Foram realizados números de atendimentos inferiores às necessidades das famílias devido à complexidade das situações enfrentadas.

Também identifiquei a dificuldade em lidar com temas ligados à sexualidade no trabalho desenvolvido com as famílias que vivenciam a violência sexual, a questão do silêncio que é encoberto por essas famílias, a dificuldade no trabalho com crianças muito novas, bem como crianças e adolescentes com deficiência mental, que também foram vítimas de violência sexual, ressaltando também a necessidade de maior investimento em articular as redes de atendimento.

Identificou a necessidade da criação de protocolos para acolher, atender e encerrar os atendimentos desses casos. A sugestão é de que na criação desses protocolos se inclua o monitoramento das ações e dos encaminhamentos, para que assim a família realmente tenha acesso aos serviços pela qual haja demanda e que estes possam ser garantidos e fortalecidos.

Com a finalização das propostas apresentadas na pesquisa, apontou-se para a importância da criação de um espaço que viabilize a discussão dos casos e dos obstáculos encontrados no acompanhamento dos mesmos, bem como a formação continuada dos profissionais que atuam na rede de serviços.

Ainda a respeito do tema, Pelisoli, Teodoro e Dell’Aglia (2007), realizaram um estudo transversal e de caso único direcionado à percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar. O estudo de caso deu-se com a participação de irmãs gêmeas bivitelinas (M1 e M2), fisicamente semelhantes que foram abusadas respectivamente pelo avô paterno, tio e pai. A pesquisa foi conduzida com os seguintes instrumentais: entrevista semiestruturada, aplicação da técnica Family System Test (FAST), Teste de Identificação da Família (FIT) e o Familiograma.

De acordo com as discussões apontadas identificou-se que M1 considera-se semelhante ao pai, porém gostaria de ser diferente do mesmo, apresenta um perfil de família ideal e tem o desejo de ainda poder se aproximar dos abusadores. M2 considera-se semelhante ao avô e a mãe e diferente da irmã percebe um nível de afetividade entre a família, porém não inclui os abusadores.

Identificou-se percepções diferentes sobre família, influência, afetos, conflitos e relações de proximidade. E que as atitudes são diferentes diante dos acontecimentos de violação que vivenciaram, ao passo que M1 apresenta ser mais agressiva em suas relações, percebe menos afeto, menor proximidade e mais conflitos entre o grupo familiar e M2 é mais integrada.

Concluiu na pesquisa que os estudos direcionados à família e ao abuso sexual se utilizam principalmente de embasamentos e concepções antropológicas e sociológicas, acerca das configurações familiares nos casos de violência, tratando em grande parte de abordar a ótica do adulto e não da criança vitimizada e sua percepção de família.

Aponta também para a necessidade de pesquisas direcionadas às relações entre os membros das famílias, que poderiam contribuir em especial para as intervenções clínicas e para avaliação envolvendo as questões familiares, que acabam sendo negligenciadas em pesquisas no Brasil.

A última categoria pesquisada, porém não menos importante trata a respeito das questões de gênero e violência sexual. Trata-se da revisão de literatura que Gomes et al. (2007), realizaram a partir de 20 textos, entre os anos de 1996 a 2007, objetivando localizar as contribuições da categoria geração e gênero na influência exercida na construção da violência contra a mulher.

As análises dos textos embasados em artigos, livros, dissertações e teses indicaram que nas configurações familiares baseadas no núcleo patriarcal, proporciona a construção de um espaço onde há a ocorrência das violências de gênero e intergeracional. Trazem, portanto a discussão da necessidade de reestruturação da família nas quais sejam possíveis relações simétricas entre pais e filhos e entre homens e mulheres.

Schreiner (2008) em sua dissertação, pesquisa o abuso sexual numa perspectiva de gênero, analisando as relações de poder nas quais atribuem a menina (vítima) a responsabilidade pelo abuso sexual. Os resultados apontados pela pesquisadora, conforme menciona traduzem de forma evidente que quando da ocorrência do abuso sexual, a dinâmica

da família abusiva é centrada no modelo de relações de dominação e subordinação, com ainda a naturalização da subordinação das mulheres.

O ato do abuso sexual não é por si só o ato da satisfação sexual, mais também compreendido como uma ação de abuso de poder que vai além da satisfação do desejo sexual, compreendido também como um ato de violência e desejo de dominação do outro. É apontado que as relações de gênero envoltas nas famílias abusivas são contribuintes para a (re) vitimização de meninas que vivenciam o abuso, e que são culpabilizadas pela violação sofrida, inclusive pelo sistema de garantia de direitos.

A pesquisa também aponta para o alto grau de responsabilização que é atribuído à mãe/madrasta dessas meninas e independente do grau de envolvimento da mesma, assinalando mais uma vez para a culpabilização da figura feminina. É necessário o reconhecimento nas mulheres e meninas vítimas de violência e nas mães de meninas vítimas do abuso incestuoso do papel que lhes é incumbido pelo contexto das condições concretas pelas qual dispõem e também da rede de apoio que podem contar.

Conclui, portanto que ao ser reconhecida a responsabilização da menina pelo abuso sexual como uma violência de gênero, resultante do processo de naturalização da subordinação da figura feminina na dinâmica familiar, surgiriam então articulação de propostas de forma a enfrentar essa violação.

A intenção do levantamento descrito acima e elencado através de categorias visou o entrelaçamento das pesquisas que já foram realizadas abrangendo a temática aqui pesquisada e que possam atender ao objetivo geral buscado nesse trabalho proposto inicialmente de analisar as vivências maternas e suas ações frente à revelação de abuso sexual em meninas no contexto familiar.

Esse exercício de revisão bibliográfica dos trabalhos de pesquisas que estão sendo realizadas foi fundamental como ponto de partida para iniciar os primeiros passos dessa pesquisa, possibilitando uma maior clareza do que pretendia pesquisar.

Entendo que as pesquisas nesse campo têm crescido timidamente ao longo dos anos, e, minha intenção é auxiliar na expansão dessas pesquisas com o intuito de contribuir para a reflexão acerca do fenômeno e conscientização aos familiares, vítimas e profissionais militantes na área.

Ao consultar os trabalhos científicos produzidos nos últimos 10 anos sobre a temática da violência sexual constatei que grande parte dos estudos enfocam o ponto de vista da vítima, de seu acolhimento na rede de saúde, no sistema jurídico e demais equipamentos,

caminhos na rede de proteção e as relações de gênero nesta perspectiva. Escassos são os estudos que procuram tratar o fenômeno na perspectiva da mãe da criança ou adolescente vitimizada e suas repercussões afetivas na vida da mesma e de sua família.

Os estudos mais específicos que melhor se aproximaram do objeto de estudo deste trabalho foram os elencados na primeira categoria tratada, as quais dizem respeito às características das mães de crianças vítimas de violência sexual, realizada por Santos (2007), a de Ramos (2010) que procurou identificar e analisar as motivações das mães que não aceitaram o fato das filhas estarem vivenciando a situação abusiva e a de Carvalho (2010) que buscou identificar o imaginário dessas mães das meninas vítimas de violência sexual.

Os demais agrupamentos de categorias que foram realizados e que maior foram encontrados durante a busca dessas pesquisas dizem respeito às demandas de atendimento pela rede de apoio, o perfil e dinâmica dessas famílias e às que tratam das relações de gênero e culpabilização das meninas que são vitimizadas pelo abuso sexual.

Outro ponto importante a ser ressaltado diz respeito às pesquisas se concentrarem nas regiões sudeste, sul, centro-oeste, ou seja, nos grandes centros urbanos que tratam de realidades distintas da região norte. As pesquisas nesse direcionamento e que aqui são realizadas são escassas ou pouco divulgadas.

2 SUPORTE TEÓRICO

*[...] Como são tristes os dias
Da criança escravizada,
Todos manda na coitada,
Ela não manda em ninguém...
O pai manda, a mãe desmanda,
O irmão mais velho comanda,
Todos entram na ciranda,
E ela sempre diz amém[...].
(Ai que saudades - Ruth Rocha, 1983)*

2.1 Do surgimento do conceito de infância e de família às transformações contemporâneas

Com a intenção de melhor compreender o lugar ocupado pela criança e a família é necessário discorrer a respeito do contexto histórico, social e cultural em que estes conceitos foram descobertos, formados e identificados em nossa sociedade.

Para melhor concepção do lugar histórico da criança dentro da família adotam-se como sustentação as teorias de Philippe Ariès (1973-1986) na clássica obra intitulada “História social da criança e da família”, na qual traz luz à compreensão da descoberta da infância no século XVIII, na época medieval.

Nessa época, conforme eram apresentadas através da iconografia, as crianças eram pouco ilustradas, e em muitas das vezes não eram diferenciadas dos adultos. Conforme Ariès (1981, p. 145):

Essa indeterminação da idade se estendia a toda a atividade social, aos jogos e brincadeiras, às profissões, às armas. Não existem representações coletivas onde as crianças pequenas e grandes não tenham seu lugar, amontoadas num cacho pendente do pescoço das mulheres, urinando num canto, desempenhando seu papel numa festa tradicional, trabalhando como aprendizes num ateliê, ou servindo como pajens de um cavaleiro.

Através da pintura é possível observar a presença da criança em meio aos adultos, participando de conversas, jogos e trabalhos de maneira igualitária, sem diferenciação no modo de tratamento, se não fosse o fato de sua estatura menor, ou seja, a concepção de infância nesse período era que a criança era um “adulto em miniatura”.

O autor cita que foi aproximadamente por volta do século XVIII que surgiram crianças mais próximas dos “sentimentos modernos”. Com o tempo, a criança passou a ser

mais vista nas pinturas anedóticas, sendo então mais encontradas em situações de contextos familiares.

Figura 1 – A criança como adulto



Fonte: Ariès, 1981.

Sem dúvida, o século XVII foi marcante para as importâncias consideradas à primeira infância, foi também, nessa época em que se identificaram quadros trazendo a criança na centralidade e em seus entornos à família. Consideraram-se também relevantes às mudanças das vestimentas infantis que já não eram mais como a dos adultos.

Importante citar que não havia muitas diferenças nas roupas das meninas em relação às das mulheres. Outro fato é de que no início do século XVI foram apenas os meninos que começaram a frequentar as escolas.

O autor ressalta a existência do despudor para com assuntos ligados à sexualidade, na qual eram tratados com naturalidade frente às crianças, atitudes não aceitáveis em nossa sociedade moderna. Surgiu então no século XVII uma considerável mudança em relação ao tratamento dispensado às crianças no sentido de considerar a “inocência infantil”.

Conforme Ariès (1981) na sociedade medieval não existia a consciência e afeto pela infância, o que não significava necessariamente que estas eram desprezadas, abandonadas ou negligenciadas. Assim que tinha a capacidade de viver sem os cuidados de sua ama e/ou mãe estes já ingressavam na vida adulta.

A preocupação com a infância surgiu no século XVII até o XX entre os moralistas e educadores, surgindo então um interesse psicológico e moral para com estes, ocupando assim a criança um lugar dentro da família.

Surgem por volta do século XVI nos estudos iconográficos as figuras das famílias e junto com a infância o sentimento de família, mais próximo ao que vivenciamos atualmente, evidenciando-se então o aparecimento da configuração familiar. Nesse período ocorre uma

deteorização da mulher, que depois de casada torna-se como propriedade do marido, não podendo exteriorizar vontades ou emoções.

No fim da idade média e nos séculos XVI e XVII, a criança passou a ocupar um outro lugar dentro do espaço familiar, embora ainda diferente da versão da família contemporânea, pois nessa família constituída havia a “densidade social”, tratando-se então de algo que existia como realidade, porém, não tanto enquanto sentimento e valor.

No início dos tempos modernos, surge a preocupação com a educação, deixando portanto a família de ser reservada ao direito privado, para transmitir também os bens e o nome, assumindo assim uma função moral e espiritual. A partir daí, a família e a escola retiram a criança do mundo dos adultos. “O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gozo: o sentimento moderno de família” (ARIÉS, 1981, p. 277).

Dessa forma, é a partir das representações através das pinturas da época que se compreende o nascimento e a real existência da inserção da criança como membro significativo da família. As representações que são feitas através da iconografia nos permite observar que a família passa então a ser vivida enquanto um valor, surgindo o termo até hoje considerado nos espaços religiosos da Sagrada Família.

Destaco que o sentimento de família surge na época concomitante ao conceito de infância, conforme aponta em sua compreensão Àries (1981, p. 235) que:

Na realidade, esse respeito pela igualdade entre os filhos de uma família é uma prova de um movimento gradual da família casa em direção à família sentimental moderna. Tendia-se agora a atribuir à afeição dos pais e dos filhos, sem dúvida tão antiga quanto o próprio mundo, um valor novo: passou-se a basear na afeição toda a realidade familiar.

Nessa perspectiva, observar as transformações ocorridas ao longo dos tempos nos permite constatar a mudança de uma instituição enquanto representação, sentimento e valor.

Narvaz e Koller (2006) apontam que família da contemporaneidade se organizou predominantemente no modelo nuclear e burguês, tratando-se, portanto, ser necessário obediência à autoridade patriarcal, sendo comum o uso do castigo físico para corrigir, enquanto ferramenta de disciplina e correção.

É possível encontrar diversos autores que tratam sobre o tema em um contexto histórico social, dentre eles podemos citar, Faleiros (2000), Libório e Moura (2003), que mostram como as crianças e adolescentes sempre foram vítimas de variadas formas de violência em diversas épocas e países do mundo.

A definição de família sofreu modificações ao longo dos tempos e atualmente a tendência é se considerar o que preconiza a ONU (1994) que “família é gente com quem se conta”. Conforme a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) é importante considerar os novos arranjos familiares sofridos pelas “transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 2004, p. 42), abrangendo para além de suas dimensões anteriores, quais eram, de procriação, sexualidade e convivência, podendo ser definida como: “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (BRASIL, 2004, p. 42).

Necessário se faz pensar a criança como um cidadão que contempla direitos e deveres, ao contrário de um “vir-a-ser” ou um “ainda não”, como se fosse um ser ainda não completo, o que implica portanto em uma outra forma de conceber a vida humana e a sociedade.

Ainda de acordo com a PNAS (BRASIL, 2004), dentre as transformações sofridas relativas à família, destaco que se passou a contar com o protagonismo da mulher, enquanto pessoa de referência da família brasileira. Ocorreu entre a década de 1990 até o ano de 2002, um aumento de 30% da participação da figura feminina como protagonista desta nova configuração familiar.

Ainda a esse respeito em relação ao surgimento das novas configurações familiares, podemos considerar a falência das antigas referências patriarcais na qual se reorganizam novos modelos familiares assim apontados: “Sem ordem paterna, sem lei simbólica, a família mutilada das sociedades pós-industriais seria, dizem, pervertida em sua própria função de célula de base da sociedade. Ela se entregaria ao hedonismo, à ideologia do ‘sem tabu’.” (ROUDINESCO, 2003, p. 10).

Portanto, a família antes célula base da sociedade na qual contava com a autoridade do pai, torna-se uma instituição na qual a autoridade materna é a representação máxima para os filhos. Esse declínio progressivo da autoridade paterna trás a atribuição dos papéis antes atribuídos ao pai para as instituições jurídicas, escolares, sociais e culturais.

Nesse caminho Roudinesco (2003) nos aponta para a possibilidade de uma falência da instituição familiar, embora esta ainda se apresente enquanto uma instituição aceita pela sociedade e seus componentes: pais, mães e filhos, enquanto um valor seguro e desejado.

Desta forma, a compreensão a esse respeito nos leva a refletir que embora a autoridade patriarcal antes designada como a principal ordenadora dos valores familiares, não seja mais atribuída a figura paterna, e sim à materna, a instituição familiar ainda é uma das

mais importantes e responsáveis pela demarcação e ensinamento de valores, sentimentos e responsabilidades para os filhos, ainda é sim uma instituição de máxima importância para a composição da sociedade na qual vem passando por transformações sociais e históricas.

A respeito da definição de família assinalada por Minuchin (1988), na concepção sistêmica, destaca-se a presença paradoxal dessa família como formadora, no sentido de transmitir aos membros noções ligadas ao pertencimento, ao mesmo tempo em que o coloca em um mundo na condição de independência, fornecendo-lhe autonomia.

Em continuidade se faz necessário a expansão da discussão adentrado nos aspectos teóricos importantes desta pesquisa, a delimitação de conceitos-chaves acerca das definições de uma das formas de violência que são exercidas contra crianças e adolescentes, quais sejam do abuso sexual intrafamiliar, que será explanada na próxima seção.

2.2 Definição e Aspectos Importantes sobre o Abuso Sexual Intrafamiliar

*[...] Família é quem você escolhe pra viver
Família é quem você escolhe pra você
Não precisa ter conta sanguínea
É preciso ter sempre um pouco mais de sintonia.
(Não perca as crianças de vista – O Rappa)*

Conforme apontado em tópico anterior, o uso da violência utilizada contra crianças em séculos passados era considerado uma prática comum, ocorrendo algumas modificações em meados do século XX, passando assim, a ter visibilidade pela sociedade.

Ribeiro e Borges (2005) assinalam que a violência intrafamiliar é considerada um problema de saúde pública, podendo ser até mesmo comparada ao porte de doenças como o alcoolismo e depressão. Os dados apresentados em pesquisas intentam apontar a frequência com que esse fenômeno ocorre, sendo enfrentadas, entretanto, dificuldades ligadas ao segredo familiar. (AZEVEDO; GUERRA, 2005; RIBEIRO; BORGES, 2005).

De acordo com o Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, que disponibiliza informações referentes à violência doméstica contra crianças e adolescentes no Brasil, referente aos dados que foram coletados entre os anos de 1996 a 2007, em 15 estados brasileiros, coordenados por Maria Amélia de Azevedo (2007) a violência doméstica é caracterizada como:

[...] uma violência intra-classes sociais, que permeia todas as classes sociais, enquanto uma violência de natureza interpessoal. Enquanto violência

intersubjetiva, a Violência Doméstica consiste também: numa transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade adulto versus criança/adolescente; numa desigualdade de poder intergeracional; numa negação do valor liberdade: exigindo que a criança / o adolescente sejam cúmplices do adulto, num pacto de silêncio; num processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, submetendo-os ao poder do adulto, coagindo-os a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste (LACRI, 2007, p. 1).

Ainda de acordo com essas informações são definidos cinco tipos de violência, sendo elas: violência física, violência sexual, violência psicológica, negligência e violência fatal. Dentre elas vamos nos ater a definição do tema central tratado nesta pesquisa, da violência sexual, que se configura como:

Todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. Ressalte-se que em ocorrências desse tipo, a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré. A intenção do processo de Violência Sexual é sempre o prazer (direto ou indireto) do adulto, sendo que o mecanismo que possibilita a participação da criança é a coerção exercida pelo adulto, coerção esta que tem raízes no padrão adultocêntrico de relações adulto-criança vigente em nossa sociedade... a Violência Sexual Doméstica é uma forma de erosão da infância (LACRI, 2007, p. 1).

Sabe-se que na maioria das vezes a criança não sofre apenas um tipo de violência, sendo também exposta concomitante a outras formas de violação de direitos. As definições corroboram a demarcação de Faleiros (2000), na qual identifica que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes sempre esteve presente em todas as camadas da sociedade, ligadas a conceitos da questão da sexualidade humana, a questões de gêneros, situação hierárquica da criança e do adolescente e o papel das famílias no interior das estruturas familiares e sociais.

De acordo com Guerra (1998, p. 31), o abuso sexual infantil pode ser dividido em: intrafamiliar e extrafamiliar, podendo ser definido como:

O abuso sexual extrafamiliar se configura quando a violência acontece fora do lar, ou tem como abusador alguém não próximo à família. Por outro lado, o abuso intrafamiliar transcorre dentro do seio familiar, envolvendo o menor e um parente próximo, muitas vezes pessoa do convívio diário.

No contexto do abuso sexual intrafamiliar, que também pode ser conhecido como incestuoso ou abuso sexual doméstico, o agressor é parte do grupo de referência familiar da

vítima, não necessariamente sendo um familiar de vínculos biológicos/consanguíneos como também familiares substitutos e/ou adotivos, caracterizando-se então a existência do vínculo afetivo.

Conforme apontam estudos de Koller e De Antoni (2004), no contexto das famílias incestuosas constata-se a existência de relações interpessoais de assimetria e hierarquia, dentre as quais há uma relação de subordinação e uma desigualdade.

Ainda consoante com os estudos apontados pelo LACRI, durante o período abrangido pela pesquisa, foram registrados no país mais de 13 mil casos de violência sexual, destacando-se entre eles que 75,5% dos abusos sexuais eram cometidos contra meninas.

De acordo com o guia de educadores da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, o fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes, dentre os quais se inclui a violência sexual, é influenciado por questões sociais, culturais, econômicas, religiosas, psicológicas e psiquiátricas (ABRAPIA, 2002).

2.3 O segredo familiar: o “complô do silêncio”

*[...] Nunca se vence uma guerra lutando sozinho
“Cê” sabe que a gente precisa entrar em contato
Com toda essa força contida e que vive guardada
O eco de suas palavras não repercutem em nada
É sempre mais fácil achar que a culpa é do outro [...].
(Por Quem Os Sinos Dobram - Raul Seixas)*

A literatura aponta que é dentro do contexto familiar, por pessoas que exercem o papel de cuidadores, que ocorrem a maior parte dos abusos sexuais, podendo ser caracterizado como intrafamiliar ou incestuoso (HABIGZANG; CAMINHA, 2004). Na ocorrência da violência sexual mesmo não havendo laços consanguíneos, ao ser perpetrado por um adulto responsável, ou seja, com laços afetivos (cuidador, tutor ou membro da família) este pode ser considerado como incestuoso (AZEVEDO; GUERRA; VAICIUNAS, 1997).

De acordo com o livro “O fim do silêncio na violência familiar teoria e prática”, as autoras Ferrari e Vecina (2002) apontam algumas características relacionadas à família com dinâmica de violência, na qual discutem aspectos importantes que devem ser considerados, dentre eles, quanto à comunicação dessas famílias que ocorre de maneira disfuncional, utilizando padrões de comunicação como segredos, mentiras e mensagens de duplo sentido. Já

em relação ao perpetrador da violação sexual, consideram que seu discurso costuma ser extremamente sedutor.

O segundo aspecto considerado é o “complô do silêncio”, que é apontado como um dos fatores que mais favorecem a continuidade e a (re)produção da violência dentro da família, destacando-se em especial nos casos de abuso sexual. O silêncio é apontado como sendo o responsável pela perpetuação da violação por várias gerações, podendo ser cometido inicialmente com uma filha e/ou filho, seguindo para a neta, e ainda esses na época, filhos abusados sexualmente, chegarem a abusar de seus filhos e/ou sobrinhos. O silêncio é sustentado tanto pela vítima, como pelo agressor e as pessoas envolvidas nessa dinâmica.

O terceiro conceito apontado é o uso intenso de mecanismos de defesa, tais como: mecanismo de cisão, negação e de identificação projetiva.

O quarto aspecto destacado é o rebaixamento da autoestima, na qual é comum o agressor depreciar a criança/pessoa vitimizada, o que de certa forma lhe confere controle e poder sobre ela. Dentro desse processo de desvalorização ocorre um processo de decréscimo da confiança nas próprias percepções, e como consequência, sentimentos de impotência.

A quinta dificuldade relatada dentro dessas famílias diz respeito a reconhecer, aceitar e respeitar limites, destacando-se nesse contexto: a) o abuso do poder, b) a omissão do exercício da função interditora que ocorre tanto pelo pai quanto pela mãe e c) falta de limites entre as gerações, o que ocasiona a indiscriminação de papéis.

A sexta, e última observação importante apontada é o isolamento social acentuado como dinâmica familiar, podendo haver uma resistência de socializar e inserir culturalmente os filhos, no que abrange a convivências coletivas. É como se a família suprisse o suficiente os filhos dentro dos muros da própria casa, podendo levar a um empobrecimento e dificuldades de trocas nas relações afetivas.

A ocorrência e permanência do abuso sexual intrafamiliar é mantido por uma dinâmica familiar complexa. Conforme já fora mencionado é utilizando-se de seu papel de confiança, afeto e cuidado com a criança que o abuso sexual infantil, inicia-se de maneira tênue. Na ordem cronológica dos acontecimentos, a criança de imediato não identifica que a interação é abusiva, portanto não a revelando a ninguém. À medida que o abuso se torna mais explícito, sendo então percebido por parte da vítima, o agressor pode começar a fazer uso de mecanismos como ameaças e barganhas, com a intenção de que a criança mantenha o segredo. Como aponta o especialista no estudo de abuso sexual infantil, o psiquiatra e psicanalista Tilman Furniss (1993) o segredo é mantido em grande parte dos casos por até um ano.

Furniss (1993, p. 26) descreve que “frequentemente encontramos crianças que dizem tentar contar às suas mães, a outros membros da família ou a pessoas de fora, mas temem não serem acreditadas, serem chamadas de mentirosas e serem castigadas pela revelação”. Ainda de acordo com o pesquisador, a violência sexual intrafamiliar é mantida através de dois pilares: a síndrome da adição e a síndrome do segredo.

A primeira funciona como uma válvula de escape para o perpetrador, que mesmo sabendo do mal causado à vítima e que esta conduta não é socialmente aceita, permanece cometendo as violações encarando-as como um vício, comparado a uma droga, da qual não consegue se livrar. Já a síndrome do segredo, se perpetua através de ameaças, que podem ser físicas ou psicológicas, incluindo a ameaça de que a revelação poderia causar a destruturação familiar. Tanto a síndrome da adição como a síndrome do segredo torna-se um “mecanismo de evitação da realidade” para o abusador.

Conforme Cohen e Mannarino citado por Habigzang (2006) o prejuízo advindo é de que a criança passa a acreditar ser culpada pelas situações abusivas, percebendo-se vulnerável e crendo nas ameaças que lhe são deferidas pelo perpetrador. A criança passa então, de alguma forma a adaptar-se à situação abusiva para manter as relações familiares.

2.4 O papel da mãe e as relações afetivas no contexto do abuso sexual

Assim, a mulher veio cumprir seu papel de companheira, de alento para os dias difíceis do homem; já nasceu dependente dele, veio da sua costela não como sujeito individual que pudesse ter ideias próprias, decidir, ser autônoma, mas com a doçura e a candura de quem está pronta para servir ao seu senhor.
(LOPES, 2010, p. 98)

A figura materna geralmente costuma ser a pessoa mais próxima da criança e que por essa razão “deveria” ser a identificadora de que a situação do abuso sexual esta ocorrendo, entretanto uma série de fatores encontra-se envoltos nesse processo, fatores estes que serão aqui discutidos com a intenção de melhor compreensão da dinâmica materna presente nesse contexto. Partindo dessa perspectiva a mãe é vista como vítima secundária, devendo-se destinar a esta também um olhar diferenciado para compreensão do fenômeno.

A mãe é apontada como figura de considerado destaque, pois, de acordo como a literatura tem relacionado à mãe da criança vítima de abuso sexual intrafamiliar insere-se de

tão importância quanto à própria criança vítima ou a figura do abusador. A mãe pode então dentro desse contexto vivenciar a experiência da violência sexual de três formas: como vítima, testemunha ou perpetradora (DE ANTONI; KOLLER, 2002).

O estudo de Habigzang et al. (2005) apontou que em 37,6% dos casos a denúncia da violência sexual foi realizada pela figura da mãe, que em 29% dos casos, foi realizado por outros parentes, em 15,1% por instituições envolvidas com a criança tais como escolas, hospitais e 6,5% por departamento de polícia. Destacando-se, entretanto, que em 61,7% dos casos, alguém próximo à criança já sabia da vivência abusiva sofrida por esta, não tendo anteriormente denunciado. Desses sujeitos pesquisados entre as pessoas que sabiam e não realizaram denúncia se encontram: a mãe em 55,2% dos casos, os irmãos em 54,3% dos casos, os parentes em 22,4% dos casos, o pai em 5,2% dos casos, a escola em 1,7% dos casos e outros em 10,3% dos casos.

Ainda envolvendo aspectos referentes à denúncia, Narvaz e Koller (2006) apontam que ao realizar a denúncia da filha, a mãe rompe com a transgeracionalidade da violência, podendo assim liberar a família em nível ascendente e descendente de se culpabilizarem pela violência sofrida. Ocorre, então, um rompimento do segredo familiar, desvelando uma coesão familiar doentia e uma hierarquia de dominação.

Conforme Pintello e Zuravin (2001 apud SANTOS; DELL'AGLIO, 2009) o papel da figura materna tem sido constantemente discutido no contexto do abuso sexual, quando trata-se das consequências que o abuso pode trazer, também referente à capacidade de lidar com a situação e exercer a proteção de sua criança.

Na pesquisa de Carvalho (2009) a respeito da perspectiva sob a compreensão materna acerca da violência sexual de suas filhas, os dados apresentados revelaram uma sucessão de sentimentos experienciados por essas mães, apontando que as mães se depararam com a sensação de impotência, culpa e sofrimento, convivendo com a dor do insuperável. Corroborou o fato de que a violência é extremamente funcional, “porquanto atinge seu objetivo, destrói, marca e mata” (CARVALHO, 2009, p. 67). Outro fator destacado foi o desespero, que permeou alguns depoimentos, onde foram relatadas idéias suicidas e homicidas. Por fim, ainda se observou que, após a descoberta do abuso sexual sofrido pela criança, fica evidente a desagregação familiar.

De acordo com Santos e Dell'Aglio (2008), muitas pesquisas têm considerado abordar a temática de violência sexual e suas consequências em nível de saúde pública,

entretanto, aponta que poucos pesquisadores têm se dedicado a explorar as características maternas envolvidas nesse complexo ciclo de violência.

Cantelmo (2010) investigou a respeito da proteção entre mãe e filha vítima de abuso sexual, tendo realizado uma pesquisa em uma instituição de assistência social, baseado na história de vida das mães e da família atual. Os resultados apontados foram de que a história familiar e socioeconômica das mães repercutiu na qualidade da proteção devida às suas crianças e adolescentes. Contudo, a percepção que as crianças e adolescentes possuem é positiva em relação à figura materna, tendo-as como figura de proteção e apoio.

É apontado que a situação de violência sexual sofrida pela filha não ocorreu por a mãe ter sido negligente, sendo identificado que apesar das situações psicossociais desfavoráveis as mães não maltrataram ou abandonaram as filhas.

Ainda Santos e Dell’Aglío (2009) apontam que em alguns estudos nacionais apresentados (AMENDOLA, 2004; ARAÚJO, 2002; FARINATI; BIAZUS; LEITE, 1993; NARVAZ, 2005) destacou-se o fato de que muitas das mães que vivenciaram a violência quando crianças, seja na forma de abandono, negligência, abuso físico ou até mesmo sexual foram observados padrões de repetição seja no relacionamento conjugal ou nas interações com as crianças.

De acordo com Amendola (2004) e Farinati, Biazus e Leite (1993) os estudos apontam que as mães vivenciam diante da situação de violência sentimentos de confusão e ambiguidade, preferindo então por vezes se calar diante do fato constatado. Os sentimentos apresentados para com a filha tornam-se ambivalentes na medida em que experimentam a raiva e o ciúme, como também a culpa por não ter conseguido de alguma forma protegê-la (ARAÚJO, 2002).

Ainda Amendola (2004) destaca algumas características de personalidade associadas às mães que tiveram filhas abusadas, quais sejam de permissividade para que outros tomem decisões em seu lugar, dificuldade em exigir de pessoas as quais tem dependência, preterição de suas necessidades às dos outros, medo exacerbado de abandono e solidão, percepção própria de incompetência e desamparo. Conforme a autora destaca essas características podem sugerir uma dependência emocional e que de alguma forma se evidencia com a necessidade de estar ligada a outra pessoa, o que justificaria a permanência por longos tempos com parceiros agressores e/ou abusivos, diante da necessidade de estar ligada a alguém.

Conforme Narvaz (2005) aponta o que muito ainda se encontra são “discursos de culpabilização” das mães, o que de certa forma desvia o foco do verdadeiro agressor,

ressaltando ser preciso verificar qual real condição que a mãe tem de romper com o segredo familiar, onde a mãe desempenha papel de também ser vítima e não culpada. E essa realmente é uma grande questão: qual o real apoio recebido pelas mães para que de fato se concretize o rompimento do silêncio abusivo no contexto familiar?

Furniss (1993) menciona que as mães ao tomar conhecimento tendem a adotar uma postura de proteção diante dos filhos. A mãe nessa perspectiva apresenta-se como figura protetora e de grande responsabilidade, uma vez que além de não ser a figura abusiva, é cobrada por seu papel social que lhe é atribuído de cuidadora principal.

Diante de todo o impacto causado, a literatura tem apontado que a mãe ainda assim permanece como responsável pela harmonia e elo familiar. Sua atribuição social é de responsabilidade pela união familiar. (AZEVEDO; GUERRA, 2005; HABIGZANG e CAMINHA, 2004; FURNISS, 1993; HABIGZANG et al., 2005)

2.5 Repercussões do abuso sexual incestuoso sobre a relação mãe-filha

[...] Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Sofrem pros seus maridos
Poder e força de Atenas
Quando eles embarcam soldados
Elas tecem longos bordados
Mil quarentenas
E quando eles voltam, sedentos
Querem arrancar, violentos
Carícias plenas, obscenas.
(Mulheres de Atenas - Chico Buarque)

É importante destacar que existem elementos que por vezes são determinantes no impacto psicológico relacionado à vivência de abuso sexual na infância e suas consequências no núcleo familiar. Conforme destacam Santos e Dell’Aglío (2008) ao se buscar compreender acerca do processo de revelação dentro do sistema familiar, deve-se considerar a percepção da vítima, bem como a percepção de outros familiares que estejam diretamente envolvidos, como é o caso da figura materna.

No que diz respeito às consequências da violência na infância e adolescência, aponta-se que são variadas e dependem de diversos fatores. Conforme destacam Ferrari e Vecina (2002) corroborado por Sanderson (2005), tais consequências podem modificar de acordo com algumas características, a saber, como: idade da pessoa agredida e da que agride, tipo de

relação entre eles, personalidade da vítima, duração e frequência da agressão, tipo e gravidade do ato e reação do ambiente e/ou efeitos da revelação. A partir dessas características pode surgir as consequências a curto e a longo prazo.

Dentro desta perspectiva são também discutidas a respeito das consequências ocasionadas a esta família, que vivencia o processo de violência sexual, transpassando pelo segredo familiar até chegar de fato ao processo de denúncia e busca de ajuda da rede de apoio.

Por vezes sabe-se que o segredo familiar é mantenedor da família, onde a filha é tida como alguém que satisfaz as necessidades sexuais insuficientes da relação conjugal. Corroborando-se assim para que as mães se distanciem das filhas e não aceitem a denúncia incestuosa que esta lhe faz (AZEVEDO, 2001). Portanto, a filha é percebida como alguém que ocupa o papel insatisfatório da mãe-mulher na relação conjugal, e este fator é visto como um dos entraves no momento em que a filha revela o segredo à mãe esperançosa de que esta lhe dirija cuidados e proteção.

Sanderson (2005) aponta que o impacto do abuso sexual em crianças pode variar consideravelmente, que este fenômeno exerce um impacto, é indiscutível, entretanto, se este impacto é prejudicial, é que ainda consiste em objeto de estudo de seletos grupos de pesquisadores. Sabe-se que, a maior parte dos estudos aponta como sendo sempre prejudicial à criança, contudo alguns estudos assinalam o contrário – que até poderia ser uma experiência positiva para ela. Esses mesmos estudos argumentam que o maior dano é incitado pelos adultos e profissionais envolvidos nos casos, sendo estas sim, as reações responsáveis pelos traumas encontrados na criança.

De acordo com o estudo de Habigzang et al. (2005) o apoio recebido pelas vítimas durante a descoberta ou revelação do abuso sexual, como também as reações expressadas pelos cuidadores imediatos é de suma importância para o adequado desenvolvimento biopsicossocial dessas vítimas. O apoio recebido pode se manifestar através de estratégias de proteção, dentre as quais se incluem a ação de realizar a notificação aos órgãos competentes.

Conforme os estudos de Santos (2007) acerca das reações de mães de meninas que sofreram abuso sexual, os resultados obtidos apontaram que as reações maternas poderiam ser classificadas em dois tipos reacionais, sendo eles positivos e ambivalentes. A maior parte das mães acreditou no que a filha relatou e denunciou o abuso, entretanto, nem todas tomaram medidas protetivas, no sentido de distanciarem as filhas do abusador ou ter de imediato procurado ajuda e realizado a notificação.

Conforme Santos e Dell’Aglío (2009) indicaram, mães de meninas que sofreram abuso sexual podem apresentar uma variedade de manifestações, que variam entre ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Podendo também apresentar reações de apoio e proteção ou ainda de evitação, ambivalência ou indiferença. De acordo com estudos de Narvaz (2005) uma mesma mãe pode apresentar diferentes reações em diversos momentos da vida.

A visão sistêmica, de acordo com Cohen (2000) assinala que o abuso sexual também pode ser considerado como um sintoma da crise familiar, podendo refletir uma incoerência na estrutura familiar e um rompimento na integridade das relações familiares (BRENDLER et al., 1994). Portanto, de acordo com Matias (2006) a família é a jurisdição designada de proteger e prover afetivamente os membros familiares.

Todos os aspectos que podem ser considerados como melhor ou pior prognóstico implicam em características da criança e a maneira como a rede de apoio e familiar lidam com a situação abusiva vivenciada.

No que diz respeito aos traumas internos que são identificados nas vítimas existem diferenças expressivas quando essa criança-vítima encontra na mãe, uma referência de figura protetora. Entretanto, quando não encontra essa referência, pode-se deparar com duas situações: quando são tomadas medidas para sua proteção e assistência, ou quando também ela passa a ser desmentida, mantida e exposta às situações abusivas. Resulta então a violência na apresentação de duas faces para a vítima: do próprio abuso sexual e a do abuso moral, através da negação materna (ALMEIDA PRADO; PEREIRA, 2008).

Na pesquisa de Amazonas, Oliveira e Melo (2009) na qual buscaram compreender a respeito da relação mãe-filha após o desvelamento da denúncia sexual vivenciado pela filha, os resultados apresentados foram de que essas mães são demasiadamente exigentes em relação a si e ao papel maternal exercido, conduzindo relações com suas filhas na constante tentativa de protegê-las. Esse desejo de proteger a filha chega a dificultar a construção de novos relacionamentos amorosos, acarretando em uma dificuldade em voltar a confiar em novos parceiros, trazendo à tona o temor de que este possa vir a ser um novo agressor para com sua filha, o que consequentemente desperta seu medo de conviver com homens em espaços comuns.

2.6 Marcos legais de proteção de crianças e adolescentes no Brasil

[...] o primeiro e indiscutível direito da criança é aquele que lhe permite expressar livremente suas idéias e tomar parte ativa no debate concernente à apreciação da sua conduta e também na punição [...]
(KORCZAK, 1981)

O fenômeno da violência sexual no Brasil, nem sempre foi considerado como um crime de violação dos direitos das crianças e adolescentes. A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no ano de 1990 (Lei 8.069/90) foi um importante demarcador de crimes exercidos contra crianças e adolescentes tratando-se, portanto, de um entendimento legal e considerado recente no país.

Pode-se mencionar que na década de 1980 aconteceram as principais mudanças de visão a respeito da importância aos direitos das crianças e adolescentes, com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988. Nesta nova Constituição, houve a inclusão do artigo 227 que dispõe de particularidades voltadas ao tratamento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, portanto, devendo haver atenção especial por parte da família, da sociedade e do Estado, atribuindo assim,

[...] o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Já no ano de 1989 as Nações Unidas aprovaram a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, ratificada pelo Brasil no ano seguinte. Trata-se de um dos regulamentos mais aceitos para nortear as políticas públicas de proteção a crianças e adolescentes nos países que a adotaram.

De acordo com o Guia Escolar (2004) o fenômeno da violência sexual, só começou a ser tratado como uma questão social de cunho importante na última década do século XX, sendo que no início dos anos 1990 esse fenômeno deixou de ser um “segredo familiar” partindo então para um problema de cunho social, político e de saúde pública.

Foi nessa época, como destaca Libório e Moura (2003), que a questão da violência contra crianças e adolescentes foi incluída em pautas de discussão da agenda pública da sociedade civil e consequentemente na luta nacional e internacional pelos direitos humanos. A

partir desse contexto que foram criados os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), nas capitais do país.

Conforme referência do livro “Reconstrução de vidas: como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração de crianças e adolescentes” (2008), outro marco de suma importância para o enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes, foi a criação do Dia 18 de Maio – Dia Nacional de Combate a Violência Sexual, instituído por Lei Federal no ano 2000. Esta data foi escolhida, em razão de que no ano de 1973, uma menina capixaba de nome Araceli (08 anos), ter sido sequestrada, estuprada e assassinada em Vitória-ES, sem que seus agressores sofressem qualquer forma de sanção.

Vale ressaltar que o Brasil foi um dos primeiros países a promover um Plano Nacional para combater o fenômeno de violência sexual, instituído no Primeiro Congresso Mundial sobre Exploração e Abuso Sexual, realizado em 1996, em Estocolmo na Suécia. O encontro para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil ocorreu em junho de 2000, na cidade de Natal/RN. O Plano Nacional foi aprovado na Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em 12 de julho de 2000.

Entretanto, é importante citar que muitas das ações previstas no Plano Nacional ainda não foram executadas. Um dos grandes problemas deve-se a falta de estimativas e de provisão relacionados aos custos orçamentários que seriam necessários a este fim. No Plano Nacional também continham ações que deveriam ser executadas por Estados e Municípios, muitas já sendo executadas.

O Conanda é um órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária, que foi previsto no Artigo 88 do ECA e está vinculada ao contexto de redemocratização e incentivo à ampliação da participação da sociedade nas decisões governamentais sobre políticas sociais, bem como no controle da implementação destas. Refletindo, em segundo lugar, uma nova visão sobre os direitos de crianças e adolescentes.

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Compreendem o Sistema, prioritariamente: Ministério Público, Defensoria Pública, polícias, Conselhos Tutelares, Serviços e Programas das Políticas Públicas e Conselhos de Direitos das Crianças e

dos Adolescentes. Além disso, de forma geral, o controle social é exercido soberanamente pela sociedade civil.

Ademais, considerando a importância da atuação do psicólogo no contexto de violação de direitos de crianças e adolescentes, dois importantes documentos foram elaborados pelo Conselho Federal de Psicologia que se denominam: Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo (CFP, 2009) e A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção (CFP, 2010).

2.7 O CREAS e suas intervenções nos casos de abuso sexual no município de Porto Velho-RO

O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS, Lei nº 12.435 de 2011), constitui-se em uma unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento à indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

No organograma do SUAS, o CREAS é um dos órgãos responsáveis pela Proteção Social Especial. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social:

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinado à famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004, p. 38).

Através da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, também se definiu a descrição do Serviço Social Especial de Alta Complexidade, na qual são atendidos em forma de acolhimento famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados a fim de garantir a proteção integral.

Esta medida também prevê que o acolhimento deve ser provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, sob medida de proteção (artigo 98/ECA) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

É dentro desse contexto supramencionado que se estabelece a atuação da equipe técnica do Serviço de Acolhimento Institucional (SAIN) e onde é possível localizar as

meninas que foram afastadas de sua família (mãe) devido à vivência de abuso sexual intrafamiliar, que estão acolhidas institucionalmente.

O SAIN desempenha o serviço técnico da alta complexidade que compreendem as demandas acompanhadas nas quatro unidades acolhedoras existentes no município de Porto Velho-RO, sendo elas: Lar do Bebê (zero a sete anos), Cosme e Damião (sete a 12 anos), Casa Moradia (12 a 18 anos incompletos do sexo feminino) e Casa Juventude (12 a 18 anos incompletos do sexo masculino).

No trabalho desenvolvido dentro da Política Nacional de Assistência Social, o sistema de referência e contrareferência organizado entre os serviços funcionam como o direito que os usuários têm de serem atendidos no conjunto de suas necessidades, nos diversificados níveis de complexidade, quais sejam, serviços oferecidos nas assistências básica, média e/ou alta complexidade, devendo, portanto ser contemplados de maneira integral em suas demandas.

Os casos de crianças e adolescentes que estão em acolhimento institucional no serviço da alta complexidade e que vivenciaram a situação do abuso sexual são contrareferenciados no serviço de média complexidade, através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Como descreve a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais esse usuário atendido contempla famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de:

Violência física, psicológica e negligência; Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; Tráfico de pessoas; Situação de rua e mendicância; Abandono; Vivência de trabalho infantil; Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar [...] (BRASIL, 2009, p. 19-20).

Ao ser acolhida institucionalmente através da medida protetiva com homologação do Termo de acolhimento institucional pelo Juizado da Infância e Juventude a criança ou adolescente precisa ser acompanhada pela equipe técnica do SAIN que fica localizada nas dependências do CREAS.

A atuação da equipe profissional composta atualmente por psicólogos e assistentes sociais é embasada em legislações e normativas específicas dos serviços de acolhimento. Os documentos que norteiam a atuação desses profissionais são diversos e dentre eles podemos

citar o ECA, a Lei Nacional da Adoção, as Orientações Técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, A LOAS/SUAS e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

A atuação prevista é a intersetorial e interdisciplinar, devendo haver, nesses casos na qual existem violação de direitos o acompanhamento integral a criança e sua família em interface com o Sistema de Garantias de Direitos, destacando-se entre eles: CMDCA, CTCA, Juizado da Infância e Juventude, Promotoria da Infância e Juventude, dentre outros dispositivos, na qual o intuito final almejado direciona-se a garantia da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

Inicialmente o trabalho da equipe técnica consiste nos atendimentos do núcleo que compõe a família dessa criança ou adolescente para a compreensão da problemática que causou o acolhimento da mesma. O serviço trabalha auxiliando na possibilidade de resolução do conflito gerador do acolhimento institucional até que se consiga o retorno da criança à convivência familiar (família nuclear ou extensiva) e comunitária. Quando essas possibilidades encontram-se escassas ou nulas o serviço realiza intervenções no sentido de orientar a colocação da criança ou adolescente em família substituta, entendendo-se aí a medida de adoção.

Concomitante aos atendimentos técnicos com a família e a criança ou adolescente acolhido, a equipe precisa informar o diagnóstico realizado e as possibilidades pensadas/delimitadas para o juiz da infância e juventude. Para isso, os profissionais fazem uso de importantes documentos que devem ser construídos pela equipe de psicólogo e assistente social, sendo o Estudo Diagnóstico e o Plano de Atendimento Individual e Familiar (PIA).

Nesses documentos devem conter informações constando notícias sobre a criança ou adolescente acolhido e englobando referências que dizem respeito à diferentes aspectos de sua vida, quais sejam: saúde, educação, moradia, cultura, esporte, lazer, profissionalização, entre outros a serem contemplados.

É importante destacar que esse profissional não deve ser confundido com os profissionais que atuam no judiciário, pois esta equipe técnica é parte de uma equipe que atua na política pública da assistência social, ou seja, serviço do executivo que atua diretamente com a população. Se trata, portanto de uma equipe que precisa a todo tempo lembrar de que o público a ser atendido é a demanda social dessa população, cabendo informar ao judiciário suas ações e encaminhamentos, porém não é seu papel assessorar o juiz da infância e

juventude em ações a serem tomadas, pois, para tais ações, este conta com sua equipe técnica do Juizado.

A equipe do SAIN também realiza os atendimentos de monitoramento, ou seja, aqueles que devem ocorrer após o desligamento da criança ou adolescente da unidade de acolhimento. Esta medida visa a garantia do fortalecimento da família e da rede para que a situação geradora do acolhimento não volte a atingir essas famílias.

Quando compreendemos o verdadeiro papel desses profissionais atuantes na política pública do SUAS, entendemos que eles precisam e dependem que a rede de apoio funcione de maneira eficaz, caso contrário, essa incompletude pode ocasionar a revitimização de violações de direitos. Como no caso da criança vítima de violência sexual e sua família, o serviço procede o encaminhamento para o serviço de média complexidade, que também encontra-se no CREAS, cabendo ao PAEFI realizar esse atendimento especializado, entretanto percebemos que ainda não está devidamente explicitado este papel para as equipes, de referência e contrareferência, não sendo evidenciada a responsabilidade técnica de cada serviço.

Devemos citar que aqui não falamos do atendimento clínico, pois a este compete aos profissionais da saúde executarem, entretanto, no município de Porto Velho/RO esses locais especializados ainda são escassos e quando há a necessidade desses atendimentos a equipe técnica precisa encaminhar para atendimentos em clínicas de faculdades, rede privada e aos poucos serviços da rede pública disponíveis, como: CAPSi e Policlínica Osvaldo Cruz.

Foi possível localizar no relatório anual referente ao ano de 2014, as seguintes descrições de intervenções que foram realizadas pela equipe técnica: atendimento aos familiares, atendimento crianças/adolescentes, atendimento/visita domiciliar, visita institucional, contatos telefônicos, encaminhamentos terapêuticos, viagem distrital, municipal e interestadual, encaminhamentos para TFD, participação em audiências isoladas e concentradas.

3 ABORDAGEM QUALITATIVA: UM PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa está sendo conduzida sob a perspectiva qualitativa, que de acordo com Minayo (2010) tem embasado notoriamente pesquisas de cunho social ao longo dos 30 anos.

Conforme a autora descreve este tipo de método procura desvelar processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo e indicação final, proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referente ao fenômeno estudado.

Minayo (2010, p. 57) descreve o método qualitativo como:

[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; PARGA NINA et al., 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.

No método de pesquisa denominado qualitativo existem diferenças quanto à forma, método e aos objetivos. Godoy (1995, p. 62) exemplifica a respeito da diversidade existente entre as pesquisas qualitativas, descrevendo características fundamentais que deve constar nesse tipo de pesquisa, a saber, “o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador e o enfoque indutivo”.

Deve-se ter como foco a intenção de buscar compreender o fenômeno, quando observado minuciosamente. Trata-se da ação fundamental na pesquisa qualitativa, e quanto mais o pesquisador se apropria de detalhes, melhor se torna a compreensão da experiência que foi compartilhada pelo sujeito.

A natureza do fenômeno pesquisado influencia diretamente na escolha da abordagem a ser utilizada. De forma geral, no método qualitativo, se emprega procedimentos de interpretação, a partir dos dados coletados, sendo eles dados simbólicos, situados em um determinado contexto e que de alguma forma expressam parte da realidade do indivíduo que diz respeito ao que é verbalizado, estando a outra parte submersa, tratando-se, portanto do conteúdo a respeito do qual o sujeito não verbalizou.

Conforme descreve Creswell (2007), dentro da pesquisa com o enfoque qualitativo existem estratégias que podem ser utilizadas, cabendo na presente pesquisa as interpretações baseadas na Interpretação de sentidos.

3.1 A entrevista na pesquisa qualitativa

Ao se falar em entrevista como técnica privilegiada de comunicação e coleta de dados, Minayo (2010, p. 261) destaca que se trata da estratégia mais utilizada no trabalho de campo, ressaltando o seguinte conceito:

[...] é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo.

As entrevistas, segundo Minayo (2010) podem até mesmo ser consideradas conversas com finalidades, se caracterizando por sua forma de organização. De acordo com Cozby (2003), um fator importante sobre a entrevista diz respeito à oportunidade de envolver uma interação entre pessoas, ou seja, esse contato acarreta diversos fatores que serão discutidos abaixo, na qual um importante a ser citado trata-se de uma maior propensão a serem de fato respondidos, ao contrário do que ocorre com os questionários, que não acontecem em interações com a pessoa em tempo real.

Um problema que pode ser destacado dentro dessa técnica consiste na possibilidade de ocorrência do viés do entrevistador, justamente por se tratar de uma interação entre seres humanos, onde os problemas apontados consistem em: possibilidade de interferência sutil nas respostas do entrevistado, em consequência de sinais que possam ser demonstrados pelo entrevistador de aprovação ou desaprovação.

Outro problema a ser considerado relaciona-se a própria expectativa do entrevistador em “ver o que procura” nas respostas. Cozby (2003) refere-se que essas expectativas podem viesar as interpretações das respostas, ou seja, agir de forma a ser tendenciosa na leitura dos fenômenos.

A entrevista, vista como um recurso dentro da pesquisa qualitativa pode ser considerada como: “um encontro social, possuidor de características peculiares, que são: a empatia, a intuição e a imaginação” (MARTINS; BICUDO, 1994, p. 53).

Os autores consideram que na pesquisa qualitativa são trabalhados entre as pessoas participantes os significados e as normas de conduta. Durante o diálogo com os respondentes de uma pesquisa qualitativa, não é possível seguir as regras e o rigor que dizem respeito à metodologia da pesquisa empírica, que inclusive tratam a entrevista como “método”, definição não aceita pelos autores que discorrem não se tratar de um método, mais sim de um recurso metodológico.

Conforme destacam a respeito da conceituação de entrevista:

[...] é a única possibilidade que se tem de obter dados relevantes sobre o mundo-vida do respondente. Ao entrevistar-se uma pessoa, o objetivo é conseguir-se descrições tão detalhadas quanto possível das preocupações do entrevistado. Não é, tal objetivo, produzir estímulos pré-categorizados para respostas comportamentais. As descrições ingênuas situadas, sobre o mundo-vida do respondente, obtidas através da entrevista, são, então, consideradas de importância primária para a compreensão do mundo-vida do sujeito (MARTINS; BICUDO, 1994, p. 54).

Minayo (2010) indica algumas considerações práticas que são necessárias em qualquer situação empírica, em especial no contexto da realização de entrevista. As indicações que são fornecidas tratam a respeito de pontuações para a entrada do entrevistador em campo, quais sejam: Apresentação; Menção do interesse da pesquisa; Apresentação de credencial institucional; Explicação dos motivos da pesquisa; Justificativa da escolha do entrevistado; Garantia do anonimato e de sigilo e conversa inicial ou denominado “aquecimento”.

Entretanto, ainda assim, é importante citar que, tomados todos os cuidados e indicações necessárias, pode haver dificuldades típicas que são encontradas dentro das interações estabelecidas em pesquisa. Os procedimentos enumerados não se tratam de normas rígidas a serem cumpridas a risca, mais sim sugestões a partir de experiências que podem guiar o pesquisador atuando nesse contexto.

Como formas de registros das diversas modalidades de entrevista, Minayo (2010) aponta que dentre o mais fidedigno encontra-se o instrumento de gravação de conversa. É importante citar que é necessário sempre o consentimento do interlocutor para que se utilize qualquer instrumental. Quando ambas não forem possíveis, se indica registrar as falas imediatamente após as coletas de dados, não devendo se confiar apenas na memória.

No que diz respeito às análises dos dados colhidos em entrevista, Martins e Bicudo (1994) destacam que ao entrevistador competente à medida que a pesquisa se processa, já é

capaz de verificar quais pontos são mais importantes para serem discutidos, não precisando necessariamente esperar até que toda a pesquisa seja concluída.

Costumam ser tratados segundo a análise categorial, definido por sistema e sequência própria do entrevistador, onde os principais tópicos já podem ter sido selecionados em estudo piloto.

Insta salientar que o primeiro passo quando da interpretação dos dados obtidos, trata-se da análise precisa a respeito da forma como o sujeito o apresentou, uma análise preliminar poderá ser considerada prematura. Nesse momento, deve-se considerar o significado daquela fala atribuído para o sujeito que a verbalizou, sendo somente a posteriori consideradas em relação à importância da pesquisa e suas análises.

A possibilidade de descoberta genuína é mantida na busca sistemática de significados. O procedimento é descritivo e interpretativo, uma vez que o pesquisador está interessado na atitude de abertura do entrevistado, onde haja supressão de preconceitos (MARTINS; BICUDO, 1994, p. 58).

Destaca-se que, dentro das opções indicadas ao fidedigno processo de interpretação dos dados, sugere-se, por exemplo, que outros pesquisadores envolvidos no projeto possam também ser acionados para leitura dos significados interpretados. Acredito que esse auxílio se dá por parte das orientações e co-orientações realizadas e através dos membros componentes da banca que contribuíram com sua visão acerca do fenômeno pesquisado.

3.2 A Interpretação de Sentidos

Iniciando o diálogo a respeito da interpretação de sentidos Gomes (2012) discorre que a análise e a interpretação de sentidos no contexto da pesquisa qualitativa não objetiva contar opiniões ou pessoas, o foco principal é explorar um conjunto de opiniões e representações sociais acerca do tema que se pretende investigar.

Gomes (2012) aponta que a proposta do método de interpretação de sentidos, ancora-se em obras de pesquisas qualitativas e em sua experiência adquirida em um grupo de pesquisadores do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde (Claves) vinculada à Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) em parceria com o Instituto Fernandes Figueira (IFF), unidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A proposta metodológica tem adaptações referenciadas na técnica da Análise de Conteúdo de Bardin (1979).

O estudo das interpretações de sentidos não precisa necessariamente abranger o total das falas e expressões dos interlocutores, pois em geral, as dimensões socioculturais e representações de um grupo que possam ter características iguais costumam ao mesmo tempo ter pontos em comum e singularidades próprias acerca de cada interlocutor.

É importante considerar também por outro lado, que sempre deve haver além da diversidade de opiniões e crenças em um seguimento social igual, na qual a análise qualitativa precisa dar conta dessa diversidade dos grupos (GOMES et. al., 2005 apud GOMES, 2012). Portanto, analisar e interpretar informações que foram geradas em uma pesquisa qualitativa é caminhar no sentido do que é homogêneo, e do que se diferencia dentro do mesmo contexto social.

Outra observação importante a ser feita trata-se sobre a diferenciação conceitual entre o que é análise e interpretação, conforme descrito por Gomes (2012, p. 80):

Na descrição as opiniões dos informantes são apresentadas da maneira mais fiel possível, como se os dados falassem por si próprio; na análise o propósito é ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando as relações entre as partes que foram decompostas e, por último, na interpretação – que pode ser feita após a análise ou após a descrição – buscam-se sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado. Na pesquisa qualitativa a interpretação assume um foco central.

Destaca-se que, quando se fala de análise e interpretação de informações geradas no contexto da pesquisa qualitativa, trata-se do momento em que o pesquisador está finalizando seu trabalho, na qual ele se ancora em todo o material coletado e articula esse material aos propósitos da pesquisa e à fundamentação teórica. Trata-se, portanto, de uma etapa final do processo investigatório. Não se pode desconsiderar, no entanto, de que tanto o processo de análise quanto o de interpretação ocorrem ao longo de todo o processo, bem como em se tratando de pesquisas qualitativas, por vezes ao se chegar ao final, descobre-se ser preciso retornar às fases anteriores.

Gomes (2012) destaca que não existem fronteiras nítidas entre coleta das informações, início do processo de analisar e interpretar. O que se deve fazer antes de concluir uma pesquisa é verificar: a) se o material disponível revela qualidade, b) se o material já é suficiente para a análise, que se vincula ao que se pretende alcançar com a pesquisa.

O autor define em sendo a proposta de interpretação de sentidos um método e não uma técnica, na qual um método se define para além da técnica, de acordo com Bruyne et al. (1991 apud GOMES, 2012). A conceituação então seria de uma “perspectiva das correntes

compreensivas das ciências sociais que analisa: (a) palavras; (b) ações; (c) conjunto de inter-relações; (d) grupos; (e) instituições; (f) conjunturas, dentre outros corpos analíticos” (GOMES et al., 2005, p. 202 apud GOMES, 2012, p. 97).

Romeu Gomes destaca dois pilares que auxiliam na fundamentação desse método, quais sejam a da teoria da interpretação da cultura de Geertz (1989) e as concepções entre a hermenêutica e dialética.

Dentre os caminhos descritos por Gomes (2012) para a interpretação do material colhido, será demarcado os caminhos, dentre os quais não se tratam de serem excludentes nem sequenciais, sendo elas, à saber: leitura compreensiva do material selecionado, com intenção de se obter uma visão de conjunto e as particularidades do material levantado. São a partir de então montadas categorias e distribuídos os materiais que compõem a análise ou a interpretação, podendo ser por segmentos de ações, de atores ou de depoimentos da pesquisa.

Segue-se à exploração do material, na qual o que se faz primordial é a capacidade do pesquisador em ir além das falas, e fatos, em outras palavras, seria ir além do que está explícito para o que está implícito, do texto para o subtexto, seguindo um roteiro de a) identificar e problematizar as ideias explícitas e implícitas do texto, b) a busca de sentidos amplos (socioculturais) que podem ser atribuídos às ideias e c) ocorrência do diálogo entre as ideias que foram problematizadas, informações colhidas em outros estudos e o referencial teórico.

Finalizando na etapa de elaboração e síntese interpretativa, que caracteriza-se de fato na interpretação propriamente dita, uma vez que na etapa anterior, tratava-se mais da decomposição do material. Deve-se trabalhar com um sentido mais amplo, que possa traduzir a lógica do material colhido. Para o alcance do êxito nessa fase é preciso principalmente que se faça uma articulação entre: os objetivos do estudo, a base teórica e os dados empíricos coletados.

3.3 Procedimentos para a coleta de dados

O projeto de pesquisa foi apresentado à coordenação de Proteção Social Especial do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), localizado no município de Porto Velho-RO, unidade pública estatal que oferta dentro de seus serviços, o atendimento especializado de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos, na qual encontra-se o Serviço de Acolhimento Institucional

(SAIN), instituição onde as mães são acompanhadas, atendidas e orientadas devido ao acolhimento institucional das filhas.

Apresentei a intenção de pesquisa também à coordenadora do SAIN, responsável pela equipe técnica de psicólogos e assistentes sociais que compõem o quadro de profissionais desse serviço. Após os consentimentos institucionais, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Rondônia (CEP/UNIR) ao qual foi aprovado, conforme Parecer Consubstanciado nº 650. 841 de 02/05/2014. (Anexo A).

Após aprovação do CEP retornei ao SAIN para ajustes logísticos quanto à disponibilização de mães que se encontravam dentro do perfil desejado para a realização das entrevistas. Conforme pretendido as mães que foram selecionadas para participação dessa pesquisa, são mães de meninas vítimas de violência sexual intrafamiliar e que estão sendo acompanhadas no CREAS.

A indicação foi realizada pela equipe técnica do SAIN na qual obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: mães de meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar em situação de acolhimento institucional, não foram caracterizadas como perpetradora do abuso e que estivesse há pelo menos um mês em atendimento no serviço. Não puderam participar da pesquisa as mães que não tiveram um adequado nível de compreensão acerca da situação abusiva vivenciada pela filha, caracterizando-se este como critério de exclusão.

Na ocasião também ajustei detalhes logísticos relacionados à disponibilização de ambiente adequado para a concretização das entrevistas. Foi acordado também que as entrevistas seriam realizadas nas dependências do prédio do CREAS, para tanto haveria livre acesso da pesquisadora ao serviço e garantia de sigilo quanto ao material produzido ali, ou seja, caso autorizado pelas entrevistadas o material das entrevistas e/ou gravações em áudio seriam de uso exclusivo da pesquisadora.

3.4 Os aspectos éticos da pesquisa

Ressalta-se que na presente pesquisa vem-se primando por seguir as determinações éticas inerentes à pesquisa com seres humanos, conforme orientações da Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia e Resolução 466/2012/CNS/MS/CONEP ao se preservar a autonomia da pessoa pesquisada, que é sempre esclarecida antes a respeito dos possíveis riscos, dos objetivos e das contribuições que se pretende com o estudo.

Foram realizadas três entrevistas com as mães que preencheram os critérios de inclusão da pesquisa, entretanto no momento da transcrição do material ficou perceptível que a fala da terceira mãe entrevistada acentuava-se mais quanto aos sentimentos da perda recente que apresentava diante da destituição do poder familiar dos quatro filhos. Todos os filhos tinham sido acolhidos institucionalmente pela vivência abusiva da filha mais velha, entretanto, como já mencionado a mãe atravessa uma gama de sentimentos de perda, frustração, decepção e incredulidade diante dos fatos ocorridos, qual objetivo principal desta pesquisa não foi atendido quais sejam de sua vivência quanto ao abuso sexual da filha.

As mães/mulheres participantes apresentavam no momento da pesquisa condições emocionais adequadas à colaboração nas entrevistas.

Portanto, para a constituição do presente estudo optei por decompor as falas das duas primeiras mães entrevistadas, que apesar de terem vivenciado de forma diferente as situações familiares ligadas ao processo do abuso sexual das filhas, em muitos pontos verbalizam falas que se convergem, ligadas às suas dores e dissabores.

No início de cada entrevista apresentei a pesquisa, sem o detalhamento quanto aos objetivos da mesma, como cuidado a não influenciar os dados que seriam coletados, seguindo-se realizei a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Apêndice C) e depois de esclarecido todas as informações quanto ao sigilo e ética na pesquisa, bem como referência à sua permissão para gravação em áudio das entrevistas, elas assinaram os termos, permitido também a gravação dos áudios.

O espaço utilizado para a realização das entrevistas no CREAS caracteriza-se em uma sala com condições minimamente confortáveis, contendo ar refrigerado, uma mesa e duas cadeiras, o que permitiu a realização das entrevistas de forma satisfatória.

As entrevistas foram conduzidas com um roteiro semiestruturado de perguntas primando-se pela flexibilidade implícita a este tipo de pesquisa, na qual as perguntas norteadoras eram realizadas, permitindo-se sempre que possível que as entrevistadas se sentissem livres para acrescentar comentários, opiniões e posicionamentos pessoais ou até mesmo para não responder. As entrevistas tiveram a duração de cerca de 40 a 50 minutos cada.

Todas as entrevistas puderam ser gravadas, como técnica a se garantir o armazenamento mais fidedigno das informações. No fechamento das entrevistas realizava o agradecimento pela disponibilidade e contribuição em participar da pesquisa, bem como, deixava-se espaço para que a entrevistada pudesse esclarecer algum tipo de dúvida ou outras demandas que pudesse ter surgido ao longo da entrevista.

As entrevistas foram todas transcritas na íntegra antes de passarem pelo processo de decomposição para a realização das interpretações.

3.5 As participantes da pesquisa

As construções a seguir são descrições, sob a forma de cenas, das entrevistas realizadas com as mães que vivenciaram a situação de violência sexual intrafamiliar de suas filhas, na qual as filhas encontram-se em situação de acolhimento institucional. As mães que fizeram parte dessa pesquisa estavam na época com as filhas em situação de medida protetiva acolhidas institucionalmente em unidades de acolhimento em Porto Velho-RO.

Na ocasião foi possível localizar uma das mães que seria objeto dessa pesquisa indicada pela técnica de referência da unidade de acolhimento que acolhe meninos e meninas entre as idades de sete a 12 incompletos e a outra mãe indicada pela técnica de referência da unidade que acolhe meninas entre as idades de 12 a 18 anos incompletos.

Registra-se que todos os nomes são fictícios e algumas informações foram ligeiramente omitidas ou alteradas para evitar identificação das pessoas envolvidas, em especial das crianças e adolescentes que vivenciaram a violação de seus direitos através da violência sexual. Sabemos também que para as mães pesquisadas os momentos das entrevistas não possam de longe ser comparadas às situação traumáticas do que vivenciaram quando do descobrimento do abuso sexual da filha, mas sabemos que recontar essa história é também um momento delicado de suas histórias de vida.

Durante o momento das entrevistas deixei as mães entrevistadas o mais a vontade possível, tendo inclusive atendido ao pedido de uma das mães entrevistadas (Cena 2) de não querer comparecer até o prédio do CREAS para a entrevista, mais sim que eu, a pesquisadora me conduzisse até a unidade de acolhimento aonde a filha se encontrava acolhida. Nos dois ambientes de realização das entrevistas foi primado pelo ambiente privado na qual estavam presentes apenas a pesquisadora e a mãe entrevistada.

Por fim, destaco ao leitor que as entrevistas que serão apresentadas encontram-se isentas de qualquer tipo de julgamentos de valor, por não tratar-se do objetivo dessa pesquisa. A interpretação é feita a partir das verbalizações e sentimentos que são descritos pelas mães, de suas vivências relatadas e baseadas em estudos já realizados e teóricos consagrados na área da referida pesquisa.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RELATOS

Nesta seção, realizarei as apresentações, discussões e reflexões acerca das vivências das participantes da pesquisa, dialogando com os referenciais teóricos que constituíram os aportes teóricos desta pesquisa.

Para a discussão e a análise dos dados, serão apresentados os fragmentos das entrevistas realizadas em formatos de cenas, constantes nos prontuários dos casos acompanhados pela equipe técnica do SAIN/CREAS no município de Porto Velho-RO.

Inicialmente apresento as cenas contendo um breve perfil psicossocial das mães entrevistadas, composição familiar, bem como informações referentes ao acolhimento institucional da filha.

Posteriormente, será realizadas as inferências no que concerne ao momento da realização da entrevista, cabendo às interpretações serem analisadas sob à ótica do suporte teórico aqui discutido.

4.1 Cena um: Dona Violeta - Filha desconfiada, mãe confiante

A gente era muito apegada, ela é muito apegada assim comigo, a gente é muito amiga, converso muito com ela não é? Não tem esse negócio de ficar com raiva dela como se diz? Intriga [...] (Dona Violeta).

A primeira cena apresentada se refere à mãe Dona Violeta, uma senhora de 44 anos, que cursou até a quinta série e exercia atividade laboral de serviços gerais em uma empresa terceirizada. É casada com o Sr. Jesus há vinte anos. O casal possui juntos três filhos: dois meninos e uma menina, que são: G. de 13 anos que cursa o 6º ano, M. de 20 anos que não chegou a concluir os estudos e trabalha com atividades elétricas e Pétala, 10 anos, que cursa o 4º ano, na qual é a filha vítima de violência sexual e encontra-se acolhida institucionalmente. Seu esposo, o Sr. Jesus tem 43 anos, cursou até o ensino fundamental e trabalha como pedreiro.

A filha, Pétala, de 10 anos foi acolhida institucionalmente em setembro de 2014. Consta nos documentos encaminhados pelo Conselho Tutelar acusações de violência sexual perpetradas pelo genitor da criança, além do apontamento de dois vizinhos que também figuram como abusadores.

Escolhi o trecho descrito inicialmente na apresentação do caso por achar que o mesmo caracteriza bem uma interpretação que pode ser feita pelo fato da mãe se considerar muito próxima e manter relação de amizade com a filha, entretanto, este não ter sido um ponto fundamental para que a filha de fato confiasse na mãe e pudesse revelar o segredo do abuso exercido pelo pai, pois conforme será descrito este foi verbalizado primeiramente para uma amiga da escola, que também era sua vizinha, para que a partir daí Pétala fortalecida pudesse contar para a mãe.

Antes do fechamento desta pesquisa obtive a informação de que Pétala ainda encontrava-se acolhida institucionalmente e de que a genitora ainda encontrava-se em relacionamento conjugal com o marido, que não estava mais habitando a residência da família. O caso ainda está em estudo pela equipe técnica do SAIN.

4.2 Cena dois: Dona Rosa - Mãe com sentimento de culpa

Perdi perdão para Deus, Deus já me perdoou por tudo que eu já fiz de errado porque pra mim hoje... fui presa [...] (Dona Rosa).

A segunda cena construída se refere à mãe Dona Rosa, uma jovem senhora de 34 anos, que cursou até a terceira série e exerce atividade laboral como diarista em casa de terceiros. Declara seu estado civil como solteira, por nunca ter oficializado seus relacionamentos conjugais anteriores.

Possui quatro filhos: dois meninos e duas meninas, que são: G. de 18 anos, Girassol de 14 anos, vítima de violência sexual, Y. de 07 anos e A. de 03 anos.

Na época da ocorrência dos fatos estava se relacionando há pouco tempo com o então companheiro abusador, que até o momento da entrevista não teria sido privado de liberdade.

A filha, Girassol, de 14 anos foi acolhida institucionalmente em outubro de 2014. Consta nos documentos encaminhados pelo Conselho Tutelar que o motivo do acolhimento teria sido uma suposta tentativa de violência sexual, tendo como autor o padrasto. Na guia de acolhimento foi possível identificar que a adolescente já teria sido vítima de violência sexual por parte do genitor, que inclusive chegou a ser privado de liberdade. Os irmãos da adolescente também chegaram a ser acolhidos institucionalmente.

Antes do fechamento desta pesquisa obtive a informação de que a adolescente permanece institucionalizada e de que a mãe encontra-se morando com sua genitora, não

mantendo relacionamento afetivo com o ex-companheiro. O caso ainda está em estudo pela equipe técnica do SAIN.

A seguir inicia-se a descrição da entrevista, enfocando questões da vivência da mãe que teve sua filha vítima de violência sexual, a convivência familiar entre a mãe e a filha e demais aspectos vinculados ao tema da violência sexual, objeto da presente pesquisa.

4.3 Apresentação e discussão dos resultados

Esse abuso ele me maltratou demais, me machucou, eu não aceito isso de jeito nenhum, não aceito não, quem ficou assim sei lá machucada foi eu! (Dona Flor- 3ª mãe entrevistada).

O estudo possibilitou compreender as vivências experienciadas por mães que têm suas filhas vítimas de violência sexual intrafamiliar. Ao iniciar, gostaria de elucidar a significação entendida com a utilização do termo “vivência”, que é aqui utilizada no sentido de expressar o conhecimento que é adquirido para cada sujeito diante de determinada experiência que é vivida e constatada por ele mesmo.

Portanto, interpretar, como me proponho, as vivências maternas frente ao conhecimento da situação abusiva, é falar das feridas ainda abertas dessas mães, que inclusive no momento das entrevistas estão vivenciando o acolhimento institucional de suas filhas, a punição ou impunidade de seus companheiros, a desconfiança e cobrança de amigos, vizinhos e familiares e como tantas outras a sua própria cobrança e dor diante dessa tempestade de conflitos e sentimentos.

As categorias apresentadas a seguir, permitem elucidar a compreensão da dinâmica familiar na vivência abusiva, os (res)sentimentos das mães entrevistadas diante da vitimização da filha, que desvelam o sofrimento dessa mulher diante do contexto, as ações que são tomadas e como ela espera que o Centro de Referência Especializado em Assistência Social possa contribuir nessa reestruturação familiar.

As categorias desta pesquisa foram determinadas a partir dos relatos verbais expressos pelas mães entrevistadas e de acordo com os objetivos específicos desta pesquisa.

Assim para uma compreensão dos resultados levantados, os comentários foram divididos em quatro eixos norteadores: a compreensão da dinâmica familiar na relação abusiva incestuosa; Os (res) sentimentos apresentados pela mãe diante da vitimização da filha;

Minha filha foi abusada.... E agora? O que faço? e A contribuição do CREAS no enfrentamento das dificuldades atravessadas.

4.4 A compreensão da dinâmica familiar na relação abusiva incestuosa

Esse eixo norteador relaciona-se ao cotidiano familiar vivido pela família envolta no processo de violência sexual intrafamiliar. Nas cenas um e dois pude observar a respeito da difícil aceitação das mães em assimilarem a vivência abusiva mesmo diante da constatação dos fatos:

Eu não lembro o dia assim, não foi nem ela que me falou, ela contou pra uma colega dela, pra mãe da coleguinha dela, aí a mãe dela me contou, aí a mãe dela me perguntou. Foi mamãe o papai tava com enxerimento comigo querendo pegar em mim, não é? Aí eu cheguei e conversei com ele, ele disse que era mentira! Que não tinha feito isso, que não ia fazer isso com a filha dele, aí sempre quando eu chegava eu conversava com ela: e aí minha filha teu pai tá mexendo com você? Ela dizia: não mãe, porque ela não ficava mais em casa, ficava na coleguinha, que aí eu saía e ia pra lá depois da escola (Dona Violeta).

[...] Mais jamais eu pensei que o cara ia fazer uma coisa dessas e outra porque ele falou que a minha filha era que nem uma filha dele entendeu? (Dona Rosa).

Na visão sistêmica Andolfi (1988), aponta que todo grupo, e nestes destaco a família, têm a sua verdade fundante, porém, quando essa verdade passa a ser questionada a tendência é de causar ameaça, tensão e desorganização no grupo. Ao se renunciar, e compartilhar um segredo familiar, esse risco de ser diferente dos demais membros, ocasiona sentimentos de transgressão e não pertencimento a este mesmo grupo.

Temos as características muito próximas nas verbalizações das duas mães entrevistadas de incredulidade diante da constatação dos fatos. A primeira mãe citada, Violeta, inclusive se nega a acreditar nos fatos percebidos de que a filha teria vivenciado a violência sexual perpetrada por seu pai. Rosa também relata jamais ter pensado que a violência sexual pudesse acontecer tendo sido perpetrada por seu companheiro, que dizia ter grande consideração por Girassol como se sua filha fosse. Poderíamos considerar esse sentimento de transgressão descrito pelo autor como um suposto sentimento abarcado pelas filhas no momento que quebram o segredo familiar? Eis uma questão importante a ser respondida.

No que diz respeito à família com dinâmica de violência, o aspecto comunicação me chamou atenção, por ser apresentado por Scodelario (2002), como um importante fator que se

apresenta em disfuncionalidade nessas famílias, sendo a comunicação atravessada por dificuldades entre seus membros. É quando se destaca no caso da mãe Violeta a fala: *A gente era muito apegada, ela é muito apegada assim comigo, a gente é muito amiga, converso muito com ela não é?* de fato a mãe acreditava que estabelecia uma ponte de comunicação adequada com a filha, porém esse fator não fica evidente quando a escolha feita pela filha para revelar sobre o abusivo enfrentando é realizado através da mãe da colega de escola: *ela contou pra uma colega dela, pra mãe da coleguinha dela, aí a mãe dela me contou, aí a mãe dela me perguntou.*

No caso de Rosa esse aspecto da dificuldade de estabelecer uma adequada comunicação também fica em evidência quando expressa sua fala em: *eu venho visitar minha filha, a gente quase não tinha contato, a gente não conversava e agora não parece que assim... Deus parece que... assim... isso me aproximou mais dela, esta sendo bom...está sendo bom.* A mãe inclusive destaca que foi efetivamente depois do acolhimento institucional da filha que estabeleceram um relacionamento mais próximo e juntas através do apoio mútuo estão atravessando o processo de elaboração da situação traumática vivida.

Ambas as mães relatam sua dificuldade, a dos familiares e até mesmo dos vizinhos em aceitar as evidências do abuso incestuoso:

[...] **isso aí ele só fez porque estava bêbado, porque bom ele não faz é outra pessoa** e têm muitos casos de menininha que cresce assim [...] não sei se é verdade, se é o problema da minha filha, ela também tem vitiligo [...] (Dona Violeta). [grifos nossos]

[...] o meu menino mais velho também não fala nada, só assim: mãe tenta trazer ela de volta. Só o G. que é mais apegado com ele, só se tu vê **eu acho que eles nem acreditam assim que o pai dele fez isso não é? Diz que ela está inventando, que é mentirosa**, eu também deixo lá quieto, eles são muito apegado ao pai e está aquele clima sabe? (Dona Violeta). [grifos nossos]

[...] **até o pessoal fala, meus vizinhos: óh Violeta sabe porquê Pétala falou isso? Porque tu não bate nela**, porque pra muitos vizinhos aí a Pétala tá perturbada, que ela inventou sabe? (Dona Violeta). [grifos nossos]

[...] você acha assim: aí nunca vai acontecer nada na sua família, mais tu não sabe não é? Tu não sabe... **jámais eu ia saber que ia acontecer uma coisas dessas na minha casa, na minha vida...**na minha vida...porque mexeu muito comigo, mexeu muito... eu perdi minha casa, eu perdi tudo! Entendeu? (Dona Rosa). [grifos nossos]

Fica perceptível a negação de que a violência tenha acontecido no seio de suas famílias. A mãe Violeta chega a “justificar” que essa ação só foi emitida pelo genitor da

adolescente por este encontrar-se sob efeito de substâncias psicoativas, o álcool. Enquanto Rosa verbaliza jamais ter imaginado que a violência pudesse ocorrer na sua casa, com a sua filha.

Provavelmente, conforme a literatura já apontou a existência de vínculos familiares e dos laços afetivos existentes entre esses membros é um dos importantes demarcadores que dificultam a aceitação de que a situação abusiva de fato ocorreu.

Conforme apontam Ferrari e Vecina (2002, p. 75) acerca dos valores familiares e violência intrafamiliar:

Entender a violência intrafamiliar implica ter uma compreensão histórico-psicossocial do indivíduo e da família. Em outras palavras, como ocorrem as interações pai/mãe/filhos (as) e a forma de relacionamento interpessoal familiar. Implica também perceber que a violência não é um fenômeno natural, como querem alguns, mas, ao contrário construída e transmitida às novas gerações.

Deste modo, a compreensão do relacionamento interpessoal e intrafamiliar que se dá nessas famílias que apresentam padrão abusivo, vão além do que pode ser visto ou do óbvio, ele precisa ser entendido em um contexto histórico-cultural, social e estrutural.

Ocorre uma alteração em toda a dinâmica familiar, como observamos nos trechos verbalizados pelas mães:

[...] o que aconteceu, não aconteceu comigo mais aconteceu na minha família, com a minha filha e mexeu muito comigo, porque assim quando aconteceu isso tudo eu fui presa não é? Porque todo mundo acha que já sabe... fui presa, perdi meus dois filhos, esses dois meninos, meus filhos ficaram no abrigo entendeu? E eu não tinha mais condição de ficar com eles, perdi eles para o pai, entendeu? Mexeu muito comigo, porque eu sofri muito... sofri muito...sofri por estar longe da minha filha, por estar longe deles, porque meus filhos eles não moram comigo, eles vieram passar o Natal agora comigo em dezembro, aí não sei se eles vão ficar aqui agora, porque o pai deles até agora não me deu nenhuma notícia, não ligou até agora pra mim. Aí então mexeu muito comigo porque assim perdi meus filhos, perdi minha casa, perdi minha vida, vim morar com a minha mãe (Dona Rosa).

[...] e está aquele clima sabe? Abafado né? não está aquela coisa de alegria, e ele também as vezes me pego chorando não é? mas fazer o que? [...] (Dona Violeta).

No caso de Dona Rosa, depois do comunicado aos órgãos responsáveis, a mesma permaneceu detida para depoimento e teve seus outros dois filhos encaminhados ao acolhimento institucional do município, fato que a deixou visivelmente abalada, e que, com frequência acompanho ser a medida adotada pelos órgãos competentes: seja policial ou

judiciário. O caminho que levam os irmãos de vítimas que sofrem abuso sexual é visto como punitivo por estes, de serem afastados do convívio familiar e comunitário. Dona Violeta deixa claro o clima de tensão e tristeza consolidado em seu lar.

A família em muitos casos também funciona enquanto espaço ambivalente: que oferece suporte e que viola direitos. Dentro da instituição família o que se pode observar é ainda uma busca pela tentativa da harmonia familiar, se é que ela de fato exista, como fica claro no seguinte trecho verbalizado:

Então, isso tudo causou uma... assim... eu só não entrei na depressão por causa dos meus familiares se não eu tinha caído na depressão e fui para a igreja, estou na igreja, até hoje entendeu? Eu estou buscando a Deus, buscando a Deus, para Deus me dar uma solução pra minha vida [...] (Dona Rosa).

A fala da mãe entrevistada vem de encontro ao que coloca Kaloustian (1998, p. 11) a esse respeito:

A família brasileira, em meio à discussão sobre sua desagregação ou enfraquecimento, está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, **de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência** e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos. [grifos nossos]

A mãe conclui que se não pudesse ter contado com o suporte familiar no momento na qual atravessava poderia ter desencadeado um quadro patológico de depressão, conforme a mesma tenta diagnosticar.

Em uma visão sistêmica o funcionamento familiar, pode ser assim descrito por Sanches (2012, p. 40): “Nessa trama íntima da família ou na rede social significativa é que as experiências de perda e dor, alegria e amor, crescimento e criação, vivência e evolução organizam-se e ganham significados.”

Entendo que partindo desta perspectiva é realmente no espaço familiar que ocorrem as possibilidades de reorganizar os sofrimentos atravessados, sugerindo-se assim que seja a partir das interações estabelecidas entre os membros da família que possam ser adquiridos significados facilitadores da superação dos problemas.

Ainda a esse respeito um conceito importante é discutido por Walsh (2005), quando definiu o termo resiliência familiar como sendo uma capacidade que os membros encontram em enfrentar as situações adversas e, ao passo que lidam com essas situações tornam-se mais

unidos e capacitados para administrar outras situações impostas. É importante a compreensão de como as famílias funcionam e estão estruturadas, pois na concepção sistêmica isso permite interpretar como suas relações são estabelecidas, as relações de poder, bem como de interação (DE ANTONI; TEODORE; KOLLER, 2009).

É fato que todas as famílias estabelecem uma forma de funcionar e se estruturar, observo que dentro da sua lógica mesmo que de forma precária, os membros componentes das famílias entrevistadas encontraram de alguma maneira sua organização de modo a tentarem se apoiar para a superação do problema vivenciado.

É fato que há uma ambivalência quando dialogamos quanto aos familiares no momento da descoberta, é como se eles mesmo diante da constatação do ocorrido, encontrassem meios racionais de negarem o problema atravessado:

Com a irmã, minha cunhada, elas não acreditam não, falam que minha sogra era uma pessoa muito honesta, e o meu marido desde os dez anos trabalha, pra eles comprar assim uma sandália tinha que trabalhar, pra botar as coisas dentro de casa, aí por isso eu vejo assim tudo fico sem acreditar assim não é? Que aconteceu isso não é? (Dona Violeta).

Ao considerarmos a família que permeia o imaginário social, como sendo aquela inserida no espaço de socialização, afeto, respeito aos indivíduos e unidas pelo amor, encontramos inúmeras dificuldades em situá-la como sendo uma instituição social que é atravessada por relações de poder, dominação e violações de direito, assim como todas as outras da sociedade. Afinal de que família falamos?

Nesse contexto Bruschini (1993, p. 63), nos propõe férteis subsídios, quais sejam:

Além da não naturalidade, da mutabilidade e da diversidade de conceitos, o conceito de família refere-se de um lado, a um grupo concreto e empiricamente delimitável, e, de outro, remete também a um modelo cultural e à sua representação. A análise da família deve por isso mover-se tanto no plano das construções ideológicas quanto no de seu papel na organização da vida social.

No modelo de família contemporânea, apesar das alterações dos conceitos, arranjos e rearranjos familiares, a família permanece como sendo a principal fonte provedora de proteção entre os seus membros. O que inclusive é fator central das diretrizes da política de proteção socioassistencial, trazendo a matricialidade sociofamiliar como ações desta política, devendo, portanto ter centralidade na família e que para tanto esta família precisa ser protegida pelo Estado para também poder ser protetora.

O que pode ser resumido é de que apesar das constantes mudanças acerca das concepções de famílias, e das divergentes tensões que permeiam seu significado, é a concepção do modelo nuclear burguês que se aceita como natural ainda hoje em nossa sociedade. Entendamos aqui o modelo familiar burguês como sendo o aceito com a fixa distinção de papéis entre o homem/provedor e a mulher/cuidadora.

Portanto, devemos tomar este modelo como marco referencial de análise para as relações familiares que se dão nessas famílias contextualizadas. Então, caberia unicamente à figura da mãe/mulher a responsabilidade de proteger a filha em se tratando das vivências abusivas familiares? Parto da premissa de que a família, enquanto instituição social encontra-se envolta de contradições, sejam essas ligadas ao exercício do poder das quais homens, mulheres e crianças a vivenciam de maneiras desiguais.

Seixas (1999) coordenou por três anos a área de psicologia do Programa de Atenção a Vítimas de Abuso Sexual, em São Paulo e ao analisar a violência sexual ocorrida no contexto intrafamiliar, entende que:

[...] muitas vezes trata-se de uma família disfuncional, que não é capaz de exercer suas funções adequadamente, quais sejam: de cuidado, de prover seus membros de proteção e socialização. [...] Provavelmente a experiência violenta mais importante, por isso deflagra uma crise na estrutura familiar, pois denuncia sua fragilidade e seu funcionamento patológico (SEIXAS, 1999, p. 131).

Seixas suscita importantes reflexões a respeito desse processo, devendo ser objetos de maiores análises, que são também ratificadas pela afirmação de Santos, Martins e Silva (1998, p. 70), quando destacam que:

Nos casos de violência familiar, estamos diante de um grupo de familiar “disfuncional”, que não consegue cumprir o papel de proteção, aconchego e educação dos filhos, ao contrário, sendo elementos que colocam em risco a vida e a saúde emocional dos mesmos.

Quando utilizamos de um discurso culpabilizador e/ou patologizante dos indivíduos podemos estar reduzindo um problema que também é da ordem pública, única e exclusivamente à esfera do indivíduo, podendo cair na armadilha da negação do quanto os sujeitos constituem-se e são constituídos nas e pelas relações sociais.

Os espaços do lar vêm sendo constantemente apontado como um ambiente de risco para crianças e adolescentes, um espaço de violações de direitos para seus membros, independente da classe social, e que continuam fortemente sendo mantidas em segredo

familiar. Conforme Saffioti e Almeida (1995, p. 33) apontam: “o domicílio constitui um lugar extremamente violento para as mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas”.

Ainda a esse respeito Ferrari e Vecina (2002, p. 75) apontam que:

Cabe apontar como uma das características de interação familiar, nos lares onde ocorre o fenômeno da violência intrafamiliar, a existência da disfunção, evidenciando a desigualdade de gênero e geração. Essa desigualdade nada mais é do que a assimetria do poder – a submissão do mais fraco pelo mais forte que se traduz em maus-tratos físicos, em abuso sexual contra meninas e meninos, negligência e abandono.

De acordo com a Teoria Sistêmica Minuchin (1990, p. 52) aponta que: “as funções da família atendem a dois diferentes objetivos: Um é o interno – a proteção psicossocial de seus membros – e o outro é externo: - a acomodação a uma cultura e a transmissão dessa cultura. O espaço familiar nem sempre se apresenta como local de proteção e acolhida.

De acordo com Neves (2008) as famílias formam grupos sociais e estas são regidas por leis próprias que ajustam esses relacionamentos, cada família tem sua maneira própria de funcionar, não sendo, portanto iguais e nem tampouco universais. Cada família reage às pressões externas de maneira particular, porém essas mesmas situações nem sempre modelam sua forma de se constituir. Entretanto, não se pode negar que de fato, a família responde e se modifica pelas condições sociais, pelos padrões que lhes são impostos e pelos repertórios que esta possui.

4.5 Os (res) sentimentos apresentados pela mãe diante da vitimização da filha

*Ouve-me, ouve o meu silêncio. O que falo nunca é
o que falo e sim outra coisa. (...).
Capta a “outra coisa” de que na verdade falo
porque eu mesma não posso
(Trecho do livro Água Viva por Clarice Lispector,
1973).*

Percebe-se uma confusão e emaranhado de sentimentos descritos pelas mães entrevistadas, dentre as quais se destacam: ambivalência de sentimentos, sentimento de culpa e incredulidade diante da constatação. A esse respeito destaco o seguinte trecho:

Mais aí depois não entendo, não sei não, se fosse assim um homem agressivo sabe? até para os vizinhos, se você for falar lá no bairro vai falar tudo bem dele, não, Jesus é uma ótima pessoa! Mais só que aconteceu isso vou fazer o

que, não é? É isso, nunca pensei que ia passar isso não! principalmente com minha filha (Dona Violeta).

No caso de Violeta percebo a dificuldade direcionada a não saber se acredita e valida às afirmações verbalizadas pela filha ou nas negativas que são reforçadas por parte do marido, familiares e demais conhecidos. Essa mãe em alguns momentos apresenta justificativas que para ela seriam motivadores para o não cometimento da prática ilícita pelo pai, como foi o relato que descreveu acima de que Jesus não seria um homem agressivo, como também um homem bem aceito por todos da vizinhança, e que, portanto, isso seria impeditivo do cometimento da violência sexual.

Neste caminho Rosa também verbaliza que:

[...] mexeu muito comigo esse negócio de abuso, e nunca tinha acontecido isso na minha vida, nunca aconteceu isso entendeu? Eu errei...eu sei que eu errei...eu errei porque eu não conhecia o cara entendeu? Mais jamais eu pensei que o cara ia fazer uma coisa dessas e outra porque ele falou que a minha filha era que nem uma filha dele entendeu? Então assim esse negócio de falar de abuso assim, mexe muito comigo, mexe muito comigo porque aconteceu na minha família, aconteceu comigo, aconteceu com a minha filha, não é? [...] Eu errei... eu sei que eu errei...eu errei porque eu não conhecia o cara entendeu? (Dona Rosa).

Por mais que o abusador tenha sido um companheiro da mãe, padrasto, e não genitor da adolescente, ainda é apresentado sentimentos ambivalentes por parte da mãe que apresenta o discurso de jamais esperar que um fato desses pudesse acontecer com o companheiro que afirmava considerar a filha em tendo afeto como se fosse seu próprio pai. Não podemos desconsiderar que apesar do não parentesco consanguíneo, de fato os laços afetivos já estavam estabelecidos nesta relação, o que a caracteriza como uma relação familiar. O sentimento de culpa descrito por esta mãe também se apresenta em destaque em diversos momentos da entrevista.

Os dados apresentados corroboram com a pesquisa realizada por Morgado (2012, p. 178) quando apresenta o processo vivido por mães que atravessaram o abuso incestuoso. A esse respeito descreve que:

As mulheres/mães que compõem os casos aqui analisados desenvolvem/vivenciam, tal qual a literatura indica, sentimentos de ambivalência, medo e vergonha. A convivência prolongada com relações de violência, a legitimação social para a sua perpetuação e a formação de uma identidade de gênero subordinada conformam um campo propício para a internalização da banalização da violência sofrida, direta ou indiretamente.

Identifica-se neste campo, um dos espaços desencadeadores da minimização do seu próprio sofrimento ou do de suas filhas.

Conforme já descrito sabemos que a mãe no processo de violência intrafamiliar pode vivenciar este fenômeno como vítima secundária, portanto nos casos tratados em questão, identifico as mães como participantes indiretas neste processo de internalização da violência.

Quando tratamos da questão do sentimento materno vivenciado diante dos fatos, é importante dialogarmos a respeito do papel e da responsabilização que é atribuída a essa mãe, como se essa mãe/mulher tivesse “permitido” o abuso, ou ainda como se não tivesse exercido o “cuidado” de sua filha e família. Furniss (1993, p. 53) esclarece a diferença entre cuidar e proteger:

Em famílias rígidas e moralistas, as mães muitas vezes compensam uma atitude moralista ou punitiva em relação à sexualidade com um cuidado prático compulsivo. Em um nível prático, essas mães geralmente cuidam perfeitamente de seus filhos e parecem muito próximas e carinhosas. Em muitas áreas, elas são na verdade mães muito competentes e cuidadosas. A distância na díade mãe-criança emerge quando se trata das questões de proteção contra o abuso sexual.

Nesse sentido, falar desse assunto exige assumir uma direção de concordância com o que assinala Butler citado por Morgado (2012, p. 141), quando afirma que nos casos de violência sexual intrafamiliar a mensagem passada para a filha é: “seu pai primeiro, e você, em segundo lugar”. Conforme destaca Morgado (2012) a adoção dessa postura por parte da mãe/mulher ocorre considerando uma série de sentimentos conflituosos e ambíguos.

A esse respeito retomo a mãe Violeta quando relata o seguinte trecho:

Jesus eu não podia fazer nada, é contra a palavra dela, porque eu não tava aqui também pra vê se você fez ou não, não vou ficar contra ela não, porque pode ser mentira ou pode ser verdade, mais pode ser mais verdade de que mentira, porque o álcool, me desculpa, mais o álcool faz tudo.

Fica claro neste relato a mensagem emitida pela mãe de que: “você é meu marido em primeiro lugar, mas também sou mãe e não posso desconsiderá-la”.

Localizo neste trecho outros fatores indicadores de risco, que corroboram com Leventhal (1998 apud FRANÇA-JÚNIOR, 2003) a respeito dos preditores ou intervenientes expositivos de crianças e adolescentes a situações de risco de sofrer violência sexual, quais sejam: ser menina, pouca ligação parental, relações conflituosas conjugais, problemas de alcoolismo dos pais, meninas que convivem com padrastos ao invés do pai biológico, crianças

com necessidades especiais, questões socioeconômicas, escolaridade dos pais e família com quantidade numerosa de filhos, também são apresentados como fatores de risco pelo autor.

Identifico nessas classes apresentadas diversos fatores que podem ir de encontro com a pesquisa descrita pelo autor, em especial, considero importante destacar o fator de risco no caso da filha de Violeta, quando esta relata a respeito do alcoolismo apresentado pelo marido no trecho: *Eu vou te falar uma coisa pior que eu já conheci aquele homem bebendo há 20 anos, quando a gente ia namorar ele já ia com uma na cabeça.* É fato que Jesus já poderia ser considerado um dependente do álcool e que este pode ter sido um agravante para o cometimento do ilícito, outro fator preponderante que Violeta destaca é quando verbaliza a respeito de seu relacionamento conjugal com Jesus: *De uns tempos pra cá não tava bom não por causa do álcool sabe? eu vinha muito triste por causa do álcool, que ele não queria parar, não é?.* Ou seja, associado ao alto consumo do álcool da qual o genitor estava fazendo, este estaria causando conflitos conjugais entre Violeta e Jesus, na qual identifico aí outro fator expositivo aos filhos, em especial à Pétala.

Já no caso de Rosa, um dos fatores expositivos que pode ser identificado atribuiu-se ao fato do recente relacionamento da mesma com o companheiro perpetrador da violência sexual de Girassol, quando verbaliza: *Eu não conhecia ele direito, eu conhecia assim... entendeu? mas eu não conhecia [...].*

Outra autora importante que precisa ser destacada nesse estudo é Badinter (1985), ao ressaltar que em se tratando dessas relações familiares, a mãe precisa ser analisada em sua dimensão tridimensional:

A mãe, no sentido habitual da palavra (isto é, a mulher casada que tem filhos legítimos - situação conjugal clássica), é uma personagem relativa e tridimensional. Relativa porque ela só se concebe em relação ao pai e ao filho. Tridimensional porque, além dessa dupla relação, a mãe é também uma mulher, isto é, um ser específico dotado de aspirações próprias que frequentemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos do filho. Toda pesquisa sobre os comportamentos maternos deve levar em conta essas diferentes variáveis. É impossível, portanto, mencionar um dos membros da microssociedade familiar sem falar dos outros dois (BADINTER, 1985, p. 25).

Conforme apontado pela autora essa preocupação de se ter uma olhar sobre essa mãe que seja relativo e tridimensional também é uma preocupação desta pesquisa, uma vez que as interpretações das verbalizações maternas encontram-se a todo tempo emaranhadas entre uma série de sentimentos que não unicamente da posição de serem mães, mas também de seu papel enquanto mulher casada e mulher, aqui entendida enquanto figura feminina.

Debater a respeito do papel da mãe e mulher diante do abuso incestuoso da filha, é importante, para não a colocar em uma posição dentre as que podem ser citadas de: culpada, negligente, passiva, omissa, conivente, das quais se utiliza constantemente o senso comum bem como desconhecedores das múltiplas facetas do fenômeno. O exercício é de não assumir uma postura culpabilizadora, o que difere de assumir uma postura em dizer que a mesma não tenha responsabilidades. Não se pode assumir uma postura culpabilizante sem antes analisar as histórias de vida, as representações e exigências sociais.

Cabe citar mais uma vez Badinter quando analisa a discussão a respeito do mito do amor materno “o amor materno é apenas um sentimento humano. E, como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina” (BADINTER, 1985, p. 22).

É importante adentrar no processo de negação que pode ocorrer por parte das mulheres/mães, que podem ser explicados baseados em diversos sentimentos:

As mães que não conseguem reconhecer o abuso podem ter sofrido abuso elas próprias, ou não se permitem reconhecer por medo de um rompimento familiar ou de outros tipos de desastres. As mães muitas vezes se sentem culpadas por não terem protegido seus filhos, e temem servir de bode expiatório e ser acusadas por profissionais, vizinhos e amigos, pela família mais ampla e pela própria criança que sofreu o abuso sexual (FURNISS, 1993, p. 285).

A esse respeito os relatos racionais aqui apresentados pelas mães não corroboram com a literatura discutida por Furniss (1993), quando perguntadas se alguém da família ou elas próprias já haviam vivenciado alguma situação de violência ou mesmo de abuso sexual.

A verbalização de Violeta fora de que: *não, ninguém não! Isso daí foi a primeira vez.* Ao passo que Rosa apresentou o seguinte relato: *(longa pausa) acho que não... eu acho que não...não sei, acho que não.*

Com uma interpretação mais aprofundada através do simbolismo apresentado na longa pausa refletida por Rosa antes de então responder sobre o fenômeno aqui compreendido como transgeracionalidade, fica claro uma aparente contradição no discurso externalizado e que pode ter sido vivido por Rosa. A esse respeito apresento o resultado da pesquisa de Santos (2007, p. 64) quando discute em suas considerações que:

A multigeracionalidade da violência foi observada nos relatos das participantes desse estudo considerando o relacionamento na família de origem e na família constituída. As várias formas de violências vividas ou observadas na família de origem, expressas pelas categorias conflito

conjugal, drogas, relacionamento com a mãe e violência doméstica, mostram-se presentes também na família constituída. A repetição desse padrão de violência na família constituída das participantes pode ser um reflexo do relacionamento de sua família de origem. Entretanto, também se pode observar a tentativa das participantes em quebrar ou romper com esse padrão de relacionamento familiar, na medida em que buscaram ajuda para questionar suas experiências nas diferentes famílias, buscaram novos relacionamentos menos conflituosos e, também, acreditaram e buscaram ajuda para suas filhas.

Neste sentido, também podemos fazer uma correlação de que mesmo que de maneira encoberta, ou seja, mesmo não tendo verbalizado durante o processo de entrevista, estas mães possam ter vivenciado situações violadoras em suas famílias de origem, sejam elas através não apenas da violência sexual, mas também da violência física, psicológica, negligência, dentre outras, contudo, verifico um movimento de tentativa de superação das experiências traumáticas vividas pelas mesmas. Seja através do acompanhamento realizado com a equipe técnica, seja através das aproximações e visitas às filhas na unidade de acolhimento, seja no caso de Rosa que decidiu largar o companheiro abusador ou no caso de Violeta que mesmo diante das dúvidas existentes da perpetração do abuso por parte do genitor, verbaliza a escolha de apoiar a filha: *Prefiro perder ele do que ela. Deixa ele seguir a vida dele [...]*. Verifico também em Dona Rosa uma fala permeada por mágoas, na qual ela destaca um conflito existente com sua mãe, ou seja, na sua família de origem:

É “que nem” eu e minha filha a gente não se dá bem, eu e minha mãe também não, mais eu nunca cheguei na minha mãe e falei, a minha filha ela não é a única filha, e eu sou, e isso me dói muito entendeu? Então assim... eu errei (choro) mais a minha mãe ela errou mais.

Portanto, apesar dos relatos verbais das mães entrevistadas terem sido de negar ter vivido a situação abusiva sexual, no caso de Rosa, através de uma leitura de inferências, das pausas apresentadas, da postura corporal e reações expressas durante a reflexão da pergunta, Rosa de fato vivenciou situações de violência através da relação estabelecida com sua genitora e das mágoas apresentadas no trecho supramencionado.

Discutindo acerca do perfil psicossocial dessas mães, encontro nas duas mães entrevistadas perfis que a colocam de acordo com o que a literatura aponta acerca das novas reorganizações familiares ocorridas ao longo dos tempos, conforme aponta Koller, Antoni e Carpena (2012, p. 157):

A mãe cuidadora tornou-se a mulher-mãe que ganha espaço no mercado de trabalho, assumindo uma jornada tripla: sua atividade profissional + os

cuidados com o bem-estar dos membros da família+ o cuidado do pessoal e de seu próprio desenvolvimento. O pai provedor revela-se o homem-pai que deixa de ser que o único provedor e passa a contar com a participação da mulher na manutenção da casa.

Tanto no caso de Violeta quanto no de Rosa ambas exerciam atividade laboral no mercado de trabalho. A mulher/mãe Violeta trabalhava como serviços gerais nos Correios, somada a manter um relacionamento conjugal há vinte anos com Jesus e dedicando-se aos cuidados de três filhos. Já em relação a Rosa, esta trabalhava como diarista em casa de família, possuía relacionamento conjugal recente com o companheiro somado a função de ser mãe de mais quatro filhos. As duas exerciam jornada tripla dividindo-se entre os afazeres domésticos, cuidados aos membros da família bem como o cuidado consigo própria.

4.6 Minha filha foi abusada....E agora? O que faço?

Neste espaço serão abordados o momento da descoberta por parte das mães da situação abusiva sofrida pela filha e as ações que foram tomadas a partir desse momento.

Esta tentativa de elucidar um pouco a respeito de um dos objetivos específicos desse estudo é um momento delicado, pois como trato no caso da violência intrafamiliar, é sabido da dificuldade que pode se apresentar em um momento como esse em que a mãe toma conhecimento do direito violado de sua filha, tendo um membro da família como possível responsável, nesses casos: o marido e o companheiro.

Início com a descrição do trecho verbalizado por uma das mães entrevistadas:

O que ela falou foi de uns tempos pra cá, não faz muito tempo não, que ele vem “coisando” nela. Assim: mãe, meu pai ficou doido, não é? aí diz que pegou nas partes dela, não é? e acho que botou o pênis pra fora, uma coisa assim, aí ela sempre se saía dele, porque quando ele bebia, eu sempre falava: Pétala quando seu pai tiver bêbado tu vai pra casa da coleguinha, não fica aqui não. Nem sempre ela fazia isso, aí eu acho que foi uma vez só que o pai dela fez isso (Dona Violeta).

No caso dessa mãe, é perceptível que a revelação do abuso permaneceu por um período encoberto, pois a filha chegou a revelar a possibilidade da situação abusiva perpetrada pelo pai, nos momentos em que o mesmo encontra-se sob efeito de substâncias psicoativas, o álcool, entretanto esta mãe acaba criando mecanismos de distanciá-la de casa para que essas possibilidades dos encontros dos mesmos, não ocorressem, como é o caso da estratégia de pedir que a filha fique na casa da colega de escolar, que também era sua vizinha. É fato que

algumas informações podem ter sido ocultadas pela mãe entrevistada, porém não estou no papel de julgar, mas sim de compreender este fenômeno a partir da perspectiva verbalizada pelas mesmas.

A esse respeito Badinter (1985, p. 211), esclarece a respeito da vigilância constante que é atribuída ao papel da mãe, não podendo deixar essas filhas por sequer um momento longe de sua visão, correndo o risco de serem julgadas na condição de negligentes:

A vigilância materna estende-se de maneira ilimitada. Não há hora do dia ou da noite em que a mãe não cuide carinhosamente de seu filho. Quer esteja em boa saúde ou doente, ela deve permanecer vigilante. Se adormece estando o filho enfermo eis que se sente culpada do maior dos crimes maternos: a negligência.

E voltamos novamente ao sentimento de culpa que não abandona quando tratamos de pesquisas que envolvem os personagens: mães, filhos e violência sexual.

A condição de culpabilizar essas mães pela violência sofridas por parte das filhas e a desresponsabilização por parte dos pais/padrastos apresentam-se como corriqueiras quando estudamos esse fenômeno.

No caso de Violeta, fica claro que no primeiro momento da descoberta dos fatos, a mesma não realiza denúncia às autoridades judiciais. Isso só acontece de fato, porque a filha conta para uma amiga que leva a notícia até a diretora da escola. As providências seguintes que são tomadas de acionar o Conselho Tutelar e a retirada da adolescente de casa, só ocorrem por ações tomadas por terceiros, nesse caso a diretora da escola.

Um ponto que merece destaque e que pode ser interpretado é de que a ação tomada por parte da diretora durante seu ofício pode ter sido realizado por motivo de forças legais, pois conforme o ECA explicita em seu artigo 245:

Deixar o médico, o professor ou responsável por estabelecimento de saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescentes. Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro no caso de reincidência.

Portanto, a importância atribuída aos órgãos de proteção das crianças e adolescentes estruturadas e as legislações pertinentes, precisam ser destacadas como essenciais demarcadores e facilitadores para proteger quem precisa ser protegido.

No caso de Rosa, quando perguntada a respeito das providências tomadas no momento que tomou conhecimento da situação abusiva da filha por parte do padrasto, a mesma verbaliza uma sucinta resposta, que demonstra sua atitude diante dos fatos: *Foi largar a pessoa, largar (Dona Rosa)*. Também não fica claro através do relato de Rosa como se deu o momento da descoberta e das ações que foram tomadas pela mesma. O que nos remete a pensar que de fato a denúncia que culminou no acolhimento institucional da adolescente e de seus outros irmãos, não foi realizada pela genitora. Rosa diz que sua atitude principal foi de romper o relacionamento conjugal com o companheiro abusador da filha, entretanto, o fato talvez de não ter realizado a denúncia de imediato pode ter contribuído para que o mesmo não esteja respondendo em medida privativa de liberdade até o momento da realização das entrevistas.

Ainda a esse respeito identifico que as duas mães entrevistadas não corroboram com as pesquisas que apontam que a maior parte das denúncias são realizadas pela figura materna. De acordo com Araújo (2002) a negação dos fatos pela mãe pode denunciar uma postura de cumplicidade silenciosa com o agressor, que costuma ser encontrado em casais que apresentam conflitos sexuais.

Santos (2007, p. 38) discorre que:

Observou-se que o fato de uma mãe acreditar no relato do abuso sexual de sua filha, não necessariamente implica em iniciativa de realizar a denúncia ou procurar ajuda. Da mesma forma, o fato de uma mãe não acreditar na veracidade do relato de sua filha não implica na recusa ou resistência em realizar a denúncia [...] A relutância das mães em denunciarem pode estar associada ao medo das ameaças realizadas pelo abusador, ao medo de perder a família constituída e, também, ao medo do que familiares e do que a própria sociedade podem pensar sobre seu desempenho enquanto mãe. A iniciativa de realizar a denúncia reflete uma postura mais segura das mães diante de seu ideal de família e de sua própria vida.

Esse trecho corrobora o fato da denúncia não ter sido realizada pela mãe e a tentativa que a mesma faz de esclarecer para o seu marido através do seguinte relato:

Deixa ele seguir a vida dele, eu não sei como é que vai ser porque não fui eu que dei parte, apesar de que eles cobram de mim. Mais não fui eu que fui lá não, foi ela, porque às vezes, o Jesus bota assim muito a culpa em mim também (Dona Violeta).

Diante dos relatos das ações, ou falta delas, que foram tomadas pelas mães nos casos aqui discutidos destaco que as entrevistadas apresentavam sentimentos de medo de perder a

família constituída, em especial no caso de Violeta, que verbaliza a pressão na qual era cobrada pelo marido, bem como da incredulidade de familiares e vizinhos. Rosa, apesar de estar em um relacionamento recente com o então abusador também apresentava esse receio e que acabou ocorrendo, quando seus filhos precisaram ser acolhidos e posteriormente entregues aos cuidados do pai, fato que causou seu sofrimento diante da perda da família formada. A informação do receio de serem julgadas pela sociedade, esta fala muito por si só, pois estas mães são discriminadas por grande parte dos que estão em seus entornos.

4.7 A contribuição do CREAS no enfrentamento das dificuldades

[...] se abandono existe, não se trata de crianças e adolescentes abandonados por seus pais, mas de famílias e populações abandonadas pelas políticas públicas e pela sociedade. (BECKER, 1998).

Essa categoria procura identificar a percepção das mães a respeito da contribuição que pode ser oferecida pela equipe técnica do Centro de Referência Especializado em Assistência Social, através dos serviços que compõem essa rede de enfrentamento do SUAS. Também são destacadas análises embasadas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2010).

Nessa categoria emergem os seguintes discursos das mães acerca da perspectiva dos atendimentos do CREAS:

No momento quando ele liberar ela, o juiz levar ela pra casa, eles vão ter saber se eu posso cuidar dela não é? E eu queria uma ajuda pra ela, **conversar com ela, pra ajudar ela um pouco pra me ajudar, eu acho que é o máximo que poder ter, sabe?** Porque ela já está mocinha, tem dez anos. E é isso aí deixar o barco correr e eu cuidar dela. Porque eu estou trabalhando, eu não sei como é que vai ser meu financeiro, porque ele trabalhando vai ter que ajudar não é? de longe, dar dinheiro, então não vai está próximo de dentro de casa como a família, mais ele vai ter que ajudar, então ajuda eu quero pra ela não é? conversar com ela pra vê o que ta acontecendo, porque que ela é assim, vamos vê que depois disso que ele sair, se ela vai melhorar, eu quero isso acompanhamento (Dona Violeta). [grifos nossos]

Acho que conversando com a família não é? Conversando, entrando em contato, eu acho para mim vai ser bom esses encontros familiares... assim... falar, conversar assim, entendeu? Para mim eu acho que vai ser bom! É o que eu penso. É “que nem” eu e minha filha a gente não se dá

bem, eu e minha mãe também não, mais eu nunca cheguei na minha mãe e falei, a minha filha ela não é a única filha, e eu sou, e isso me dói muito entendeu? Então assim... eu errei (choro) mais a minha mãe ela errou mais (Dona Rosa). [grifos nossos].

É de consenso das mães entrevistadas nessa categoria que a expectativa das mesmas frente às intervenções que podem ser oferecidas pelo CREAS, diante da vivência abusiva das filhas é a possibilidade de “conversar”, como nomeiam, ou então receberem, tanto as mesmas quanto as filhas, atendimentos dos profissionais que compõem essa rede de atendimento. De acordo com a abordagem sistêmica familiar, é importante o que se destaca para Benjamin (1994) quando assinala que é através das narrativas de suas experiências, que se torna possível ressignificar o problema apresentado.

Neste sentido ainda Barreto et al. (2007) elegem que facilitar espaços de conversações entre as pessoas, nas quais suas experiências e histórias possam ser legitimadas, é uma maneira de mediar às relações tanto familiares como comunitárias, podendo através desse mecanismo ser construídos arranjos de superação das adversidades e rompimento do círculo de narrativas que indiquem apenas fatalidades, redundância, não levando a alternativas.

Um importante marco regulatório de proteção social: o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2010, p. 35) regulamenta a respeito da importância do atendimento e atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social:

Assim a violação de direitos que tem lugar no seio da família pode refletir, ainda que não necessariamente, também na situação de vulnerabilidade da família diante dos seus próprios direitos de cidadania, do acesso e da inclusão social. Depreende-se que o apoio sócio-familiar é, muitas vezes, o caminho para o resgate dos direitos e fortalecimento dos vínculos familiares. Levando isto em consideração, cabe à sociedade, aos demais membros da família, da comunidade, e ao próprio Estado, nesses casos, reconhecer a ameaça ou a violação dos direitos e intervir para assegurar ou restaurar os direitos ameaçados ou violados.

Ressalto que, em grande parte dos casos que acompanhei no CREAS, apesar dos esforços envidados pelas equipes técnicas, o êxito de atender a rede familiar em sua completude ainda é distante, uma vez que, uma série de fatores implicam dificultando o acesso totalitário aos membros. Nos casos discutidos nessa pesquisa, o foco de atendimento dirigiu-se às mães entrevistadas e suas filhas, que encontravam-se acolhidas insitucionalmente.

Entretanto, considerando que as figuras representativas masculinas, eram justamente as figuras violadoras de direito, estas no caso do genitor abusivo de Pétala, encontrava-se na

ocasião privado de liberdade, ao passo que o padrasto que abusou sexualmente de Carmin, não encontrava-se em nenhuma medida privativa de liberdade pela situação violadora de direitos, porém afastado da rede familiar por decisão judicial, não foram contemplados nos atendimentos da equipe.

Assim, ampliando este debate localizei possíveis fatores traumáticos a qual os próprios irmãos das vítimas foram expostos, conforme descrevem as mães:

[...] porque marcou até nos meus filhos, não foi só em mim. Porque os meus filhos, o meu filho menor ele fala, ele lembra, ele fala o que ele passou no abrigo, mexeu muito com ele. Meu filho maior ele não tira, ficou ali na cabecinha dele entendeu? E isso eu falo para ele: meu filho você tem que lembrar que você não está mais no abrigo, você já saiu, agora você esta com a sua mãe e com o seu pai, então esquece abrigo, foi um momento, passou, mais é difícil para uma criança de sete anos esquecer uma coisa dessas. Eles nunca passaram por isso... meus dois filhos não... mais marcou eles...marcou muito...muito...o menor não, o menor é pequeno, mas o de sete anos já sabe o que está falando, então ele fala direto: abrigo, abrigo, abrigo...ele não fala outra coisa (Dona Rosa).

Os filhos de Rosa foram todos acolhidos institucionalmente: Y. de 07 anos e A. de 03 anos, só não foi G. de 18 anos devido a faixa etária não ser aplicada à medida protetiva de acolhimento institucional.

Pois conforme demarca o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2010, p. 40):

Quando, para a proteção de sua integridade física e psicológica, for detectada a necessidade do afastamento da criança e do adolescente da família de origem, os mesmos deverão ser atendidos em serviços que ofereçam cuidados e condições favoráveis ao seu desenvolvimento saudável, devendo-se trabalhar no sentido de viabilizar à reintegração à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. Tais serviços podem ser ofertados na forma de Acolhimento Institucional ou Programas de Famílias Acolhedoras.

De fato, na ocasião a decisão judicial foi no sentido de que as crianças não estariam com seus direitos preservados no ambiente doméstico, porém com o trabalho realizado pela equipe técnica, estes puderam ser reintegrados primeiro ao genitor, depois em processo de guarda compartilhada. Porém ficam perceptíveis os danos causados ao salutar desenvolvimento psíquico da criança conforme a mãe verbalizou no trecho descrito.

No caso dos filhos de Violeta, esses não foram acolhidos e permaneceram sob os cuidados maternos, entretanto conforme verbaliza:

[...] o meu menino mais velho também não fala nada, só assim: mãe, tenta trazer ela de volta. Só o G. que é mais apegado com ele, só se tu vê eu acho que eles nem acreditam assim que o pai dele fez isso não é? Diz que ela está inventando, que é mentirosa, eu também deixo lá quieto, eles são muito apegado ao pai e está aquele clima sabe? Abafado não é? não está aquela coisa de alegria, e ele também as vezes me pego chorando não é? mas fazer o que? [...].

Dona Violeta relata que seu filho M. de 20 anos, se mantém isento de comentários acerca dos fatos ocorridos com a irmã e diante da acusação do genitor. Ao passo que G. de 13 anos desacredita de que a situação abusiva envolvendo o genitor e a irmã tenha de fato ocorrido.

A esse respeito o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2010, p. 58-59) provoca a seguinte discussão:

No pacto do silêncio, os membros de uma família (ou pessoas de seu relacionamento), mais especificamente aqueles que teriam o dever e a possibilidade de proteger a criança ou o adolescente paralisam-se e agem como se estivessem aliados ao agente agressor, desconsiderando os sinais dados pela vítima, mesmo quando há queixa explícita ou quando as marcas da agressão são notórias. São muitas as “justificativas” para a ocorrência desse fenômeno. Internamente à família, existe o temor pela própria vida, a atualização de vivências passadas, o medo de desamparo financeiro ou emocional que levam ao conformismo.

É possível analisar o simbolismo do filho mais velho diante de sua recusa em externar opiniões acerca dos fatos como sendo uma dificuldade de validar as informações da irmã, pois conforme a literatura aponta, neste caso, observo o medo do desamparo emocional que seria a perda da figura do pai, no caso de aceitar que a violação de fato aconteceu. Para G. de 13 anos, conforme a mãe apresenta, também é feito a inferência atrelada a essa forte ligação existente do mesmo para com o pai, que poderia causar o medo do desamparo emocional de perdê-lo. Demais fatores também podem ter sido contribuintes para a credibilidade apresentada por parte dos irmãos de Pétala.

Uma importante proposta apresentada por Sanches (2012, p. 45) como recursos culturais no encontro entre famílias e comunidade é apontada como forma de intervenção denominada Terapia Comunitária. A esse respeito o autor destaca que:

No instituto SER, a terapia comunitária é realizada a cada mês, com duração de uma hora e meia cada sessão. Em uma análise realizada no período de agosto de 2004 a abril de 2009, foram registradas 70 terapias, com a presença de 1.333 pessoas, dentre as quais havia 71 crianças, 166 adolescentes, 987 adultos e 109 idosos, considerando uma média de 19 pessoas por terapia e de 330 novatos do total de participantes. Na etapa da apresentação do problema os temas mais recorrentes foram os seguintes: depressão (perda e saudades) em 30% das terapias, conflitos familiares em 20%, estresse (medo, angústia, ansiedade, desânimo e desespero) em 12,86%, discriminação (doença-gênero) em 7, 14%, violência (abuso sexual) em 7,14%, dificuldades no trabalho (falta de reconhecimento e dificuldades financeiras) em 7,14%, alcoolismo e drogadição em 4,29%, abandono (adoção) em 2,86% e deficiência em 1,43%.

É um modelo de terapia comunitária que oferece apoio às famílias e à comunidade em diferentes contextos e problemáticas que estejam atravessando, é configurado como um grupo aberto, para diferentes faixas etárias e se caracteriza por começo, meio e fim. A reflexão nesse modelo encontrado que se utiliza de bases da visão sistêmica no tratamento dos problemas psicossociais, descrevo enquanto proposta a ser adotada para as equipes técnicas de referência às mães e familiares que precisam ser atendidos e a esses lançados olhares de cuidado e apoio sociofamiliar.

O serviço já contemplado através da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, dentro dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade (PAEFI), já prevê o atendimento a famílias e indivíduos que vivenciam as violações de direito na qual a violência sexual está incluída. O serviço em sua descrição prevê:

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social (BRASIL, 2009, p. 19).

O PAEFI tem como seu objetivo, portanto essa contribuição no sentido de fortalecer as famílias, criando assim mecanismos de empoderá-las e contribuir com a autonomia familiar no sentido de romper padrões violadores de direitos e prepará-los para que possam se proteger se possíveis reincidências de violações de direito.

Aponto que os serviços preconizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através do SUAS existem enquanto políticas públicas de garantia de

direitos e precisam ser articuladas para funcionarem enquanto referência e contrarreferência uma das outras.

Dentro da distribuição dos serviços da assistência social o sistema de referência e contrarreferência precisam ser organizados entre os serviços para que de fato funcionem de modo a garantir o direito que os usuários têm de serem atendidos de maneira integral contemplando todos os seus direitos violados. Entretanto, ao que observo uma série de questões institucionais e organizacionais dos próprios serviços e dos profissionais, neste caso abrangendo a média e a alta complexidade, ainda não proporcionam a amplitude das demandas que precisam ser contempladas.

Outro ponto importante a ser destacado é o fato de que as equipes não contam com o número adequado de profissionais necessários conforme as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento, na qual prevê dois profissionais de nível superior para atendimento de até vinte crianças e adolescentes com carga horária de 30h semanais. A esse respeito:

Os parâmetros para a composição mínima da equipe técnica dos serviços de acolhimento foram estabelecidos pela NOB-RH/SUAS, a qual define que a equipe de referência dos serviços de acolhimento deve ser formada por psicólogo e assistente social. É importante que sejam agregados à equipe mínima profissionais com diferentes formações, compondo uma equipe interdisciplinar (BRASIL, 2009, p. 69).

O Serviço de Acolhimento Institucional do município de Porto Velho-RO, contava na época da realização da pesquisa com duas profissionais assistentes sociais e cinco psicólogos. Atualmente houve uma modificação no quadro de recursos humanos, contando com três assistentes sociais e cinco psicólogos. Entretanto a leitura que é feita diz respeito à dificuldade desse dispositivo trabalhar de maneira interdisciplinar sem contar com o mínimo previsto de recursos humanos, uma vez que precisam atender a demanda das quatro unidades de acolhimento do município, ou seja, a diferença entre o que está prescrito na política pública e o que é real.

Outro fator importante a ser demarcado a esse respeito é que conforme descrito faltam profissionais da assistência social dentro da política de assistência social, ficando às vezes apenas o psicólogo como responsável técnico por uma série de demandas que não são exclusividades à sua área de formação, o que inviabiliza essa completude das ações.

Já no que diz respeito às equipes que compõem a proteção especial social de média complexidade com capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos deve conter em sua equipe mínima: dois assistentes sociais, dois psicólogos e um advogado.

Identifiquei no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) a composição de cinco psicólogos e dois assistentes sociais, atuando, sem a presença do profissional do direito.

Chamo a atenção para o fato da inexistência no quadro do profissional advogado, em uma política que justamente visa à garantia de direitos dos indivíduos. No caso dessas mães e famílias que precisam de maiores esclarecimentos de questões legais/jurídicas, estes precisam ser encaminhados até a Defensoria Pública do Estado ou demais órgãos de orientações jurídicas.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nas considerações finais desta pesquisa, faz-se necessário pontuar os pontos fundamentais da realização do estudo bem como elucidar os aspectos essenciais considerados no processo das vivências maternas a respeito da violência sexual sofrida pela filha no contexto intrafamiliar, os ressentimentos apresentados pelas mães, as ações tomadas por elas, bem como suas expectativas frente ao atendimento oferecido pelo CREAS local.

Neste estudo a premissa básica residiu em interpretar as vivências maternas e suas ações frente à revelação de abuso sexual das filhas no contexto familiar que se encontram acolhidas institucionalmente em unidades de acolhimento no município de Porto Velho-RO, assunto de relevância significativa por tratar-se de temática importante para a atuação da psicologia nos campos da área social e da saúde, principalmente atuantes em políticas públicas que fazem parte da rede de proteção.

As vivências maternas descritas são permeadas por sentimentos de culpa e incredulidade diante da constatação dos fatos vividos pelas filhas bem como da disfuncionalidade existente na dinâmica familiar dessas famílias apresentadas em destaque no aspecto da comunicação. Às vezes as possibilidades de resgatar estes vínculos e estabelecer fluidez na comunicação dessas famílias pode ocorrer justamente nos momentos de crise que estas enfrentam, como é o caso do relato de uma das mães aqui entrevistada.

No que diz respeito à dificuldade materna de aceitação da violência sexual ter ocorrido, percebo nas mães entrevistadas que esta dificuldade também é enfatizada por parte dos demais familiares, sejam estes, irmãos da vítima, tias e até mesmo os vizinhos desse contexto. As inferências feitas através dessa dificuldade estão intimamente ligadas aos aspectos pessoais e sociais dessas mães, como é o caso do medo do julgamento que podem sofrer, da falta de amparo por parte dos familiares e da própria sociedade enquanto expectadores desse fenômeno. Esse reconhecimento implicaria então nessas mães um sentimento de fracasso?

Também ficou evidente a importância do suporte familiar mesmo nos momentos de crise como fator determinante para a superação das dificuldades atravessadas pela mãe, que vieram ratificadas com o suporte da abordagem sistêmica, pois é através da família e na família que essas vivências dolorosas podem ser ressignificadas na vida de cada sujeito.

Essa mesma família que pode aparecer como suporte pode também demonstrar sentimentos de incredulidade diante dos fatos ocorridos, não aceitando a verbalização da vítima, sendo por vezes por medo do desamparo financeiro e emocional que a validação dos

fatos pode ocasionar. A família através da história mostra que ao longo dos tempos têm sido a própria concretização de um espaço de ameaça e violação de direitos e nem sempre de cuidado, amparo e proteção. Entendo uma ambivalência encontrada nessa importante instituição - a família enquanto espaço que oprime e também que liberta.

A partir dessa perspectiva, dos novos arranjos familiares que foram se constituindo percebo a atenção dispensada a esse público através da Política Nacional de Assistência Social abrangida pelo SUAS. Essa política que traz em sua centralidade a matricialidade sociofamiliar já contempla as novas configurações familiares na qual a mulher tem sido o elo de amparo e provisão das famílias. E são essas mesmas mães que os profissionais recebem nos CREAS para atendimento e acompanhamento. Essas mães que apesar da dificuldade de aceitarem terem atravessado a violação de direito no ambiente de suas próprias casas, procuram apoio e intervenções profissionais na tentativa de resgatarem suas filhas, seus filhos, e por que não seus próprios maridos/companheiros? Trato ao longo de todo o texto por que não de questões de gênero?

Neste sentido, percebo a dificuldade atravessada por essa família que como em um dos casos aqui relatado além do acolhimento institucional da menina que foi vítima de violência sexual, têm também os seus irmãos o mesmo direcionamento. Esse entendimento jurídico pode trazer consequências maiores nessas famílias. Aponto como possíveis fatores traumáticos a qual os mesmos acabam sendo expostos.

Registro aqui como fundamental a necessidade de serem repensadas as políticas públicas de enfrentamento do fenômeno, nesse sentido o tão discutido empoderamento na política da assistência social, precisa ser direcionado e executado a toda rede de apoio que cerca mães e familiares das meninas vítimas.

Considero importante destacar algo já discutido anteriormente de que não assumo um papel culpabilizador nem tampouco de justificar as mães e familiares, pois o eixo central dessa questão aqui levantada é de compreender essas mães incluindo o seu contexto social e as políticas públicas sociais de acolhida a esta demanda. Não posso deixar de lembrar que as mães que vivenciam esse fenômeno precisam ser compreendidas e analisadas em seus aspectos tridimensionais, portanto, enquanto mães, esposa e figura feminina, aqui entendida como mulher.

O debate ligado à transgeracionalidade ou multigeracionalidade na história de vida dessas mulheres falam por si só. Talvez o não conhecimento de que a violência pode ser muito mais ampla do que se imagina, não proporcionou repertórios necessários à interpretação

do fenômeno violência por elas, mas que as mães entrevistadas de fato, atravessaram também uma série de violações dentro do seu contexto familiar, isso é fato inegável.

Outrossim, os múltiplos papéis incumbidos de serem exercidos por essas mães, no auxílio ao sustento financeiro da casa, no cuidado para com os filhos, no papel de esposa e na figura representativa enquanto mulher, geram um acúmulo de responsabilidades a serem exercida por estas, que foi o caso encontrado nas mães desta pesquisa.

Destaco a importância de um espaço para discutir a realidade do serviço oferecido através do CREAS do município de Porto Velho-RO, que apresenta assim como toda política pública, e devo destacar que a organização do SUAS através de seus serviços ainda é recente, uma série de vulnerabilidades programáticas da política, que atingem os serviços, os profissionais e em consequência os demandatários que precisam desses serviços. Adentro com um breve questionamento que deixarei demarcado aqui novamente, através da seguinte reflexão: como uma política que busca o empoderamento familiar e a proteção de direitos, acaba não tendo um importante profissional demarcado pela NOB-SUAS/RH que é o advogado? Como trabalhar na integralidade e intersetorialidade necessária a esse público, sem a participação de orientadores primordiais nesse processo?

Penso que essa incompletude institucional é um importante demarcador de que as próprias políticas públicas e sistema de garantias de direitos acabam por perpetuar e colaborar no processo de violação de direitos.

A ciência da psicologia precisa participar ativamente desse processo de construção das formas de pensar e atuar nos diversos segmentos que incluem os programas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. É fundamental reconhecer essa violação como um fenômeno multifacetado e que, portanto, para ser vencido, pressupõe a junção de diversos saberes e competências.

Trago como propostas a ser apresentada enquanto produto final de meu trabalho a divulgação do material aqui coletado aos profissionais que compõem a rede do CREAS, CTCA, Juizado de infância, Promotoria e Defensoria Pública, acadêmicos e pesquisadores na área. Surge também a intenção de consolidar uma página na internet como espaço para a discussão dessa temática, bem como a possibilidade de ser construído um fluxo de atendimento que melhor direcione essas mães diante da vivência do abuso das filhas.

Convido o leitor instigado, que assim como eu, despertou ou possui interesse em ampliar esse debate, e se incomodar com esse fenômeno, buscando através da pesquisa e da ciência novos rumos e pensamentos, galgando esse caminho do olhar às mães de

crianças/adolescentes inseridas nesse contexto do abuso sexual incestuoso, com especial atenção aos seus familiares podendo assim ampliar esse debate na qual discorri em minha dissertação.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, K. W. et al. Traumatic impact predicts long-term memory for documented child sexual abuse. **Psychological Science**, v. 16, n. 1, p. 33-40, 2005.

ALMEIDA PRADO, M. C. C; PEREIRA, A. C. C. Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar. **Estudos em Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 277-291, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2008000200012>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

AMAZONAS, M. C. L. A.; OLIVEIRA, P. A. O.; MELO, L. M. M. B. Repercussões do abuso sexual incestuoso sobre a relação mãe x filha. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 82-100, ago. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/viewFile/P.1678-9563.2009v15n3p82/957>>. Acesso em: 26 fev. 2014.

AMENDOLA, M. F. Mães que choram: avaliação psicodiagnóstica de mães de crianças vítimas de abuso sexual. In: PRADO, M. C. C. A. (Org.). **O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana**. São Paulo: Vetor, p. 103-169, 2004. Disponível em: <http://canalpsi.psc.br/canalpsi_revista/artigo04.htm>. Acesso em: 16 ago. 2013.

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS E PESQUISA (ABEP). **Critério de Classificação Econômica Brasil**, 2008. Disponível em: <www.abep.org/codigosguias/Criterio_Brasil_2008.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTI-PROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção - guia de orientação para educadores**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 2002. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/MausTratos_SBP.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2013.

AZEVEDO, E. C. Atendimento psicanalítico à crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. In: **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, v. 21, n. 4, Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932001000400008&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 ago. 2013.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Dossiê Brasil 2004-2205 - violência doméstica contra crianças e adolescentes (vdca): um cenário em (des)construção**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2005.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A.; VAICIUNAS, N. Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas consequências psicológicas. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (org.). **Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, p. 195-209, 1997.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARRETO, A, et al. Relatório de avaliação de impacto da terapia comunitária. Documento integrante do convênio 16/2004 firmado entre SENAD/UFC/MISMEC CE, 2007.

BECKER, M. J. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 60-76.

BENJAMIN, W. Magia, magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume 1, 7ª edição, São Paulo, Ed Brasiliense, 1994.

BITENCOURT, L. P. **A vitimização secundária de crianças e adolescentes e a violência sexual intrafamiliar**. Dissertação ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://meriva.pucrs.br:8080/dspace/bitstream/10923/1713/1/000396637-Texto%2BParcial-0.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. 2010 Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/plano-nacional-de-promocao-protecao-e-defesa-do-direito-de-criancas-e-adolescentes-a-convivencia-familiar-e-comunitaria/plano-nacional-de-promocao-protecao-e-defesa-do-direito-de-criancas-e-adolescentes-a-convivencia-familiar-e-comunitaria>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Resolução 137 de 21 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos

Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.saobernardo.sp.gov.br/SECRETARIAS/SEDESC/CMDCA/DOCUMENTOS/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20137%20do%20conanda.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

_____. **Orientações Técnicas:** Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Lyerka/Desktop/68-orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf.pagespeed.ce.DIXGJwszjo.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 ago. 2013.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei Federal nº 8.069/90 de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 21 ago. 2013.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 27 ago. 2013.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004. Disponível em: <http://www.renipac.org.br/pnas_2004.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2013.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Resolução CNAS nº109 DE 11 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/acessoainformacao/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

BRENDLER, J. et al. **Doença Mental, caos e violência:** Terapia com famílias à beira da ruptura. (R. E. Starosta Trans.) Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (org.). **Infância e violência doméstica:** fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993, p. 49-79.

CANTELMO, C. A. **A relação de proteção entre mãe e filha no contexto de abuso sexual.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6196>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

CARTER, B.; McGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de Vida Familiar:** uma estrutura para a terapia familiar. Tradução DE M. A.V. Veronese. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CARVALHO, Q. C. M. et al. Imaginário de mães de crianças vítimas de abuso sexual: um ideal de superação. **Rev. Rene. Fortaleza**, v. 11, n. 3, p. 57-67, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/vol11n3_html_site/a06v11n3.html>. Acesso em: 03 out. 2014.

CARVALHO, Q. C. M. **Violência sexual na infância:** perspectiva sob a compreensão materna. 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1833>>. Acesso em: 03 set. 2013.

CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - CECRIA. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes.** Brasília: Ministério da Justiça, 2000. Disponível em: <http://escca.luizaugustopassos.com.br/wpcontent/uploads/2011/02/livro_repensando_os_conceitos_eva_publicacoeshttpwww.mpes.gov.branexoscentros_apoioarquivos1.pdf1.pdf>. Acesso em: 05 set. 2013.

COHEN, C. O incesto. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Eds.). **Infância e violência doméstica:** Fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2000, p. 211 - 225.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção/Conselho Federal de Psicologia.** - Brasília: CFP, 2010. 124 p. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/02/escutFINALIMPRESSO.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias:** referências para a atuação do psicólogo/Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2009. Disponível em: <<http://crpsp.org.br/interjustica/pdfs/CREPOP-atencao-violencia.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2013.

COSTA, L. F.; PENSO, M. A.; ALMEIDA, T. M. C. O grupo Multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. **Psicologia**, USP, v. 16, n. 4, p. 121-146, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n4/v16n4a07>>. Acesso em: 10 set. 2014.

COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. Tradução Paula Inez Cunha Gomide, Emma Otta, revisão técnica José de Oliveira Siqueira. São Paulo: Atlas, 2003.

CRECRIA, 1998 (citado na p. 25)

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Violência Doméstica e Comunitária. In: CONTINI, M. L. J.; KOLLER, S. H; BARROS, M. N. S. (org.). **Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002, p. 85-91.

DE ANTONI, C.; TEODORE, M.; KOLLER, S. H. Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas. **Universitas Psychologica**, v. 8, n. 2, p. 399-412, 2009.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FARINATI, F.; BIAZUS, D. B.; LEITE, M. B. **Pediatria social: a criança maltratada**. Rio de Janeiro: Medsi, 1993. Disponível em:
<<http://www.faciplac.edu.br/biblioteca/pgeral.php?texto=%22Crian%EA+maltratada%22&forma=5&dgm=1&paginaatual=1&biblioteca=2>>. Acesso em: 15 set. 2013.

FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. **O Fim do Silêncio na Violência Familiar: Teoria e Prática**. São Paulo: Ágora, 2002.

FRANÇA-JUNIOR, I. Abuso Sexual Infantil: compreensão a partir da epidemiologia e dos Direitos Humanos. **Interface – Comunic, Saúde, Educação**, v. 7, n. 2, p. 23-38, 2003.

FURNISS, T. **Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GEERTZ, C.T., A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n.2 Mar/Abril 1995, p. 57-63.

GOMES, N. P. et al. **Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias de gênero e geração.** v. 20, n. 4, p. 504-508, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000400020>. Acesso em: 15 dez. 2014.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GONÇALVES, H. S.; FERREIRA, H. L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, p. 315-319, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000100032>. Acesso em: 20 set. 2013.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GUIA ESCOLAR. **Métodos da identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/guia_escolar/Guia_Escolar.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

HABIGZANG, L. F. **Avaliação e Intervenção Psicológica para meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar.** Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7145>>. Acesso em: 06 set. 2013.

HABIGZANG, L. F. et al. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 341-348, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a11v21n3.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2013.

HABIGZANG, L. F.; CAMINHA, R. M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HABIGZANG, L. F.; RAMOS, M.S.; KOLLER, S. H. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Out-Dez 2011, v. 27 n. 4, p. 467-473, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/10.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família brasileira: a base de tudo.** São Paulo: Cortez, 1998.

KOLLER, S. H.; ANTONI, C.; CARPENA, M. E. F. Famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social. In: BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. L. M. **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. São Paulo: Artmed, 2012, p. 157-165.

KOLLER, S. H.; DE ANTONI, C. Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. In: KOLLER, S. H. (org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 293-310, 2004.

KORCZAK, J. **Quando eu voltar a ser criança**. São Paulo: Summus, 1981.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA CRIANÇA, DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **LACRI**. 2007. Disponível em: <Laboratório de Estudos da Criança, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo>. Acesso em: 04 set. 2013.

LIBÓRIO, R. M. C.; MOURA, J. A. Projeto Parceria Pacto São Paulo contra a violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. In: I FÓRUM DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA FCT-UNESP. **Anais em Cd-Rom**: Ano 1, v. 1. Presidente Prudente-SP, 2003.

LISPECTOR, C. **Água viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. [1973].

LOPES, C. B. **Trabalho Feminino em Contexto Angolano: um possível caminho na construção de autonomia**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC São Paulo, 2010.

MARTIN LUTHER KING JR.. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Martin_Luther_King_Jr.&oldid=42776436>. Acesso em: 27 jul. 2015.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Fundamentos e Recursos Básicos**. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1994.

MATIAS, D. P. Abuso sexual e sociometria: um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 2, p. 295-304, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a07.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MINUCHIN, S. **Famílias: Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

_____. **Famílias: Funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

MORGADO, R. **Mulheres/mães e o abuso sexual incestuoso**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

NARVAZ, M. G. **Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.msmedia.com/ceprua/diss_marta.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e Patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**. v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-71822006000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 nov. 2013.

NEVES, A. S. **Família no singular, histórias no plural: a violência física de pais e mães contra filhos**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

PELISOLI, C.; TEODORO, M. L. M.; DELLÁGLIO, D. D. **A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: estudo de caso**. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Instituto de Psicologia, 2007. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/104/107>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

PINHO, A. R. I. **O atendimento a famílias em situação de abuso sexual: um estudo exploratório**. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura), Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/12952>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

QUINTANA, M. **Espelho Mágico**. Porto Alegre: Globo, 1951.

RAMOS, M. C. R. **Mães de meninas vítimas de abuso sexual: aquilo que não se pode dizer**. Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP, 2010. Disponível em: <http://www.unicap.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=476>. Acesso em: 25 nov. 2014.

RIBEIRO, M. A.; BORGES, L. M. Violência física e psicológica: investigação e intervenção sobre a dinâmica familiar. In: COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. (Orgs). **Violência no cotidiano: do risco à proteção**. Brasília: Líber, 2005, p. 29-41.

ROCHA, R. Ai que saudades. In: ABRAMOVICH, F. **O mito da infância feliz**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1983.

ROUDINESCO, E. **A Família em desordem**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANCHES, F. A. A família na visão sistêmica. In: BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. L. M. **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. São Paulo: Artmed, 2012, p. 39-47.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOS, B.; MARTINS, M.; SILVA, J. A pesquisa. In: PRANKE, C. (org.). **Maus-tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes: perfil da situação do estado do Rio Grande do Sul**: Contexto, 1998.

SANTOS, S. S. **Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: Reações maternas e multigeracionalidade**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10810>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO, D. D. Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v.25, n. 4. p. 595-606, Outubro - dezembro 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a14v25n4.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

_____.; _____. Revelação do Abuso sexual infantil: Reações Maternas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Jan-Mar, 2009, v. 25 n. 1, p. 85-92, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n1/a10v25n1.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

SCHREINER, M. T. **O abuso sexual numa perspectiva de gênero: o processo de responsabilização da menina**. Dissertação. Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91004/252702.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

SCODELARIO, A. S. A família abusiva. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Àgora, 2002, p. 95-106.

SEIXAS, A. H. Abuso sexual na adolescência. In: SCHOR, N. (org.). **Juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

WALSH, F. **Fortalecendo a resiliência familiar**. São Paulo: Roca, 2005.

APÊNDICE A - Roteiro de

entrevista semiestruturada



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA –
MESTRADO/MAPSI

Apresentação: A pesquisadora se apresenta e explica a pesquisa, elucidando sobre o objetivo da entrevista. Leitura e discussão do Consentimento Livre e Esclarecido e pedido de autorização para a gravação das entrevistas.

Dados Sócio-Demográficos da participante:

Nome: _____ Idade: _____
 Escolaridade: _____ Ocupação: _____
 Situação Conjugal: _____
 Filiação: _____
 Nº de filhos: _____
 Nome da filha: _____ Idade: _____
 Escolaridade: _____

A Sra. poderia me dizer quais pessoas fazem parte da sua família?:

Nome	Parentesco	Mora junto	Idade	Escolaridade	Profissão/Trabalho

Questões específicas sobre o abuso sexual:

- 1 Inicialmente a pesquisadora solicitará que a entrevistada fale sobre o abuso sexual. Ao longo da narrativa serão solicitadas informações sobre:
 A relação da mãe com a filha que foi vítima de abuso sexual;
 A situação do abuso sexual da filha.
 Como foi revelado o abuso?
 Já havia suspeitas sobre a ocorrência do abuso?
 Quem foi o agressor? A vítima tem contato com o agressor?
- 2 Houve reação emocional por parte da mãe diante de tal revelação?

- 3 A família tomou providências? Quais? (denúncia, abertura de processo judicial, encaminhamento para tratamento psicológico e outros programas de assistência social, etc.).
- 4 A revelação afetou as relações familiares da casa? A revelação alterou a rotina a família? Como?
- 5 Quais os recursos acessados pela família após a revelação?
- 6 Descrever a rotina atual da filha (vítima) e da mãe.
- 7 Como a Sra. acredita que o CREAS possa contribuir nessa situação ?

Questões sobre o relacionamento com a família de origem ou constituída e multigeracionalidade.

- 8 Como a Sra. descreve sua família hoje, como percebe/descreve o relacionamento que tem com sua filha? Se for casada ou tiver companheiro como avalia o relacionamento?
- 9 Alguém na sua família já passou por alguma situação parecida com a do abuso sexual? Ou por outro tipo de violência (quem, que tipo, quem era o agressor, como a família ficou sabendo, como foi a revelação). A Sra. já passou por uma experiência de abuso sexual na infância? (revelou a família ou não, como foi recebida a notícia pela família, alguém acreditou, recebeu apoio da família).
- 10 Existe algo a mais que considere importante e gostaria de dizer?

Finalização: A pesquisadora agradece a disponibilidade da mãe em participar da pesquisa ressaltando a importância dessas informações para a compreensão das situações de abuso.

APÊNDICE B - Termo de**Concordância da Instituição**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA –
MESTRADO/MAPSI

A/C Coordenação do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)

Através de um Projeto de Pesquisa, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado/MAPSI pretende-se pesquisar dados sócio-demográficos, características relacionadas ao abuso sexual, às reações maternas diante da revelação de abuso sexual de suas filhas e pesquisar de quais formas o CREAS pode contribuir para que a relação mãe-filha seja (re) construída após o desvelamento da relação abusiva. Para isso, serão avaliadas mães de meninas que foram vítimas de violência sexual intrafamiliar e que estejam sendo acompanhadas no Centro de Referência Especializadas em Assistência Social, no município de Porto Velho/RO.

As participantes deverão ser indicadas pela equipe técnica de referência do Serviço de Acolhimento Institucional, do CREAS, sendo as mesmas mães de meninas que estão acolhidas institucionalmente, tendo em vista os seguintes critérios: ser mãe de vítima de abuso sexual intrafamiliar que encontre-se em acolhimento institucional, não ser caracterizada como perpetradora do abuso e já ter transcorrido ao menos um mês desde a notificação à setores especializados em acolher as denúncias de abuso sexual.

Pretende-se realizar as entrevistas na mesma instituição onde as mães já estejam sendo atendidas e orientadas devido ao acolhimento das filhas, sendo este local o Serviço de Acolhimento Institucional do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (SAIN/CREAS).

O áudio das entrevistas será gravado, conforme prediz a técnica qualitativa. Cada entrevista será identificada por um código alfanumérico: primeira letra do nome da entrevistada e idade.

Será solicitada a concordância na participação da pesquisa sendo tomados os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações. As participantes serão claramente informadas de que sua participação no estudo é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. A qualquer momento, tanto as participantes quanto a pesquisadora, poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Na eventualidade de detectarmos sinais de risco físico ou psicológico às participantes do estudo, será feito contato com o CREAS para encaminhamento das observações. Haverá um devolução dos resultados finais do estudo, de forma coletiva. A equipe da pesquisa é formada pelo Orientador Prof. Dr. Paulo Renato Vitória Calheiros e pela psicóloga e Mestranda em Psicologia Lyerka Kallyane Ramos Fernandes.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Mestranda Lyerka Kallyane Ramos Fernandes

Fone de contato: (69) 9221-6285

Orientador Prof. Dr. Paulo Renato Vitória Calheiros

Fone de contato: (69) 2182-2190

Concordamos que as mesmas mães de meninas vítima de abuso sexual intrafamiliar e que estão sendo acompanhadas no Serviço de Acolhimento Institucional do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (SAIN/CREAS), participem desta pesquisa

Porto Velho, ____/____/____.

Coordenação do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

NÚCLEO DE SAÚDE

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA –

MESTRADO/MAPSI

À Senhora mãe,

Apresento este documento para informar sobre um projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com o objetivo de compreender, de quais formas o Centro de Referência Especializado em Assistência Social pode contribuir para que a relação mãe-filha seja (re) construída após o desvelamento da situação abusiva e as reações apresentadas pelas mães que são atendidas no CREAS de PortoVelho/RO.

Neste Projeto, as mães serão convidadas a fazerem parte voluntariamente da pesquisa porque são mães de meninas que estão sendo atendidas pelo Serviço de Acolhimento Institucional, no Centro de Referência Especializado em Assistência Social de PortoVelho/RO.

Mediante consentimento e concordância, a participação das mães consistirá na realização de entrevistas individuais. Serão tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e confidencialidade dos dados. A participação das mães será voluntária, podendo ser interrompida em qualquer etapa sem nenhum prejuízo ou punição. Além disso, a qualquer momento, tanto as participantes, como o CREAS poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados ao estudo.

O áudio das entrevistas será gravado, conforme prediz a técnica qualitativa. Cada entrevista será identificada por um código alfanumérico: primeira letra do nome da entrevistada e idade.

É possível que algumas questões relacionadas a estados emocionais ou experiências de vida possam desencadear sentimentos desagradáveis. Se isto ocorrer, as participantes poderão solicitar a pesquisadora para realizar um intervalo ou interromper a entrevista ou aplicação de instrumentos, sem nenhuma consequência futura. O encaminhamento de alguma participante

para atendimento psicoterápico, caso seja necessário, será realizado para serviços especializados da rede pública de saúde.

As entrevistas para a coleta de dados serão realizadas no CREAS gratuitamente. Não há nenhuma forma de compensação financeira decorrente da participação neste projeto.

A sua concordância, no entanto, deve ser obtida através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Pede-se para que as duas vias do Termo sejam lidas, assinadas e devolvidas para a pesquisadora. Uma das vias será assinada pela pesquisadora e devolvida a participante. Se houver qualquer dúvida, a pesquisadora estará à disposição para esclarecê-las.

A sua colaboração é muito importante, a pesquisadora Lyerka Kallyane Ramos Fernandes (mestranda em Psicologia) coloca-se à disposição para maiores informações através do telefone (69) 9221-6285 e agradece a sua contribuição.

Autorização:

Eu, _____ (nome da participante) fui informada dos objetivos e da justificativa da pesquisa de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao assinar este Termo, dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando em participar deste estudo.

Assinatura da participante Data__/__/____.

Assinatura da pesquisadora da UNIR Data__/__/____.

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS VIVÊNCIAS MATERNAS NO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR DE MENINAS

Pesquisador: LYERKA KALLYANE RAMOS FERNANDES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 30779614.0.0000.5300

Instituição Proponente: Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 650.841

Data da Relatoria: 02/05/2014

Apresentação do Projeto:

AS VIVÊNCIAS MATERNAS NO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR DE MENINAS

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as vivências maternas e suas ações frente à revelação de abuso sexual em meninas no contexto familiar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos da pesquisa será o desconforto ao responder o questionário e entrevistas com constrangimento a alguma pergunta em responder.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa tem como proposta investigar a respeito da temática de abuso sexual intrafamiliar, enfocando aspectos que dizem respeito às vivências maternas que são desencadeadas ao tomar conhecimento do abuso sexual da filha no contexto familiar, como também investigar as ações adotadas quando o fato é revelado e disso resulta em acolhimento institucional.

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2905 campus José R.

Bairro: Centro

CEP: 78.000-000

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)182-2111

E-mail: reitoria@unir.br; cep.unir@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 600.041

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou todos os termos exigidos pelo res. em vigor n. 466 12-12-2012.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

sou pela aprovação do projeto de acordo com a res. 446.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PORTO VELHO, 16 de Maio de 2014

Assinado por:
Edson dos Santos Farias
(Coordenador)

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2065 campus José R.

Bairro: Centro

CEP: 78.000-000

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (691)182-2111

E-mail: reitoria@unir.br; cep.unir@yahoo.com.br